

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	10
DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	20
DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
Notas Explicativas	31

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	95
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	97
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	98
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	99

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.566.258.985
Preferenciais	0
Total	1.566.258.985
Em Tesouraria	
Ordinárias	5.971.953
Preferenciais	0
Total	5.971.953

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	28/01/2014	Dividendo	31/03/2014	Ordinária		1,16838
Reunião do Conselho de Administração	28/01/2014	Juros sobre Capital Próprio	31/03/2014	Ordinária		0,05875
Reunião do Conselho de Administração	28/08/2014	Dividendo	30/09/2014	Ordinária		0,63646
Reunião do Conselho de Administração	28/08/2014	Juros sobre Capital Próprio	30/09/2014	Ordinária		0,04265

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	11.825.775	11.585.874
1.01	Ativo Circulante	8.467.308	8.606.432
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	145.849	257.145
1.01.03	Contas a Receber	8.321.459	8.349.287
1.01.03.01	Clientes	8.291.100	8.314.607
1.01.03.01.01	Contas a Receber Operacionais	8.291.100	8.314.607
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	30.359	34.680
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Controladas e Controladas em Conjunto	75	73
1.01.03.02.03	Outros Valores a Receber	19.917	13.074
1.01.03.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	10.367	21.533
1.02	Ativo Não Circulante	3.358.467	2.979.442
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.739.854	1.501.348
1.02.01.03	Contas a Receber	182	183
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	182	183
1.02.01.06	Tributos Diferidos	679.614	575.860
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	679.614	575.860
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.060.058	925.305
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	1.060.058	925.305
1.02.02	Investimentos	893.174	850.181
1.02.03	Imobilizado	569.567	497.049
1.02.04	Intangível	155.872	130.864
1.02.04.01	Intangíveis	155.872	130.864
1.02.04.01.02	Ágio na Aquisição de Investimentos	56.799	56.799
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	99.073	74.065

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	11.825.775	11.585.874
2.01	Passivo Circulante	5.429.171	5.958.069
2.01.02	Fornecedores	4.644.348	4.568.860
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.644.348	4.568.860
2.01.02.01.01	Contas a Pagar a Estabelecimentos	716.273	838.488
2.01.02.01.02	Antecipação de Recebíveis com Emissores	3.362.865	3.282.460
2.01.02.01.03	Fornecedores	550.257	435.342
2.01.02.01.04	Contas a Pagar a Controladas e Controladas em Conjunto	14.953	12.570
2.01.03	Obrigações Fiscais	382.553	528.014
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	229.421	269.555
2.01.05	Outras Obrigações	172.849	591.640
2.01.05.02	Outros	172.849	591.640
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	33.100	453.510
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	139.749	138.130
2.02	Passivo Não Circulante	2.446.372	2.307.980
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.281.753	1.275.086
2.02.02	Outras Obrigações	5.032	3.991
2.02.04	Provisões	1.159.587	1.028.903
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.159.587	1.028.903
2.02.04.01.05	Provisões para Riscos	1.159.587	1.028.903
2.03	Patrimônio Líquido	3.950.232	3.319.825
2.03.01	Capital Social Realizado	2.000.000	1.000.000
2.03.02	Reservas de Capital	-126.917	62.582
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-200.107	-37.055
2.03.02.07	Reserva de Capital	73.190	99.637
2.03.04	Reservas de Lucros	2.071.478	2.251.795
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	5.671	5.448

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.603.015	4.667.910	1.460.163	4.133.590
3.01.01	Receita Operacional	1.784.652	5.185.750	1.627.392	4.598.148
3.01.02	Impostos sobre Serviços	-181.637	-517.840	-167.229	-464.558
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-519.757	-1.414.003	-437.384	-1.220.365
3.03	Resultado Bruto	1.083.258	3.253.907	1.022.779	2.913.225
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-250.596	-694.717	-205.864	-579.123
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-250.596	-694.717	-205.864	-579.123
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-84.245	-233.844	-64.851	-192.112
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-59.800	-164.500	-45.905	-121.139
3.04.02.04	Vendas e Marketing	-65.207	-184.434	-40.814	-137.326
3.04.02.05	Outras Despesas Operacionais, Líquidas	-52.792	-131.957	-61.200	-140.976
3.04.02.06	Equivalência Patrimonial	11.448	20.018	6.906	12.430
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	832.662	2.559.190	816.915	2.334.102
3.06	Resultado Financeiro	386.387	1.030.863	228.092	614.154
3.06.01	Receitas Financeiras	408.481	1.095.119	249.362	678.685
3.06.01.01	Receitas Financeiras	3.531	9.486	4.963	12.919
3.06.01.02	Resultados com antecipação de recebíveis	404.665	1.085.443	243.823	664.987
3.06.01.03	Variação cambial, Líquida	285	190	576	779
3.06.02	Despesas Financeiras	-22.094	-64.256	-21.270	-64.531
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-22.094	-64.256	-21.270	-64.531
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.219.049	3.590.053	1.045.007	2.948.256
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-401.678	-1.173.214	-355.509	-995.394
3.08.01	Corrente	-428.130	-1.276.969	-387.793	-1.065.530
3.08.02	Diferido	26.452	103.755	32.284	70.136
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	817.371	2.416.839	689.498	1.952.862
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	817.371	2.416.839	689.498	1.952.862
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.99.01.01	ON	0,52301	1,54550	0,43971	1,24611
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,52260	1,54288	0,43829	1,24448

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	817.371	2.416.839	689.498	1.952.862
4.02	Outros Resultados Abrangentes	144	223	-30	329
4.02.01	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	77.229	33.849	4.438	58.181
4.02.02	Resultados com Instrumentos de "Hedge" (Bonds) s/Operações no Exterior, Líq dos Efeitos Tributários	-77.085	-33.626	-4.468	-57.852
4.03	Resultado Abrangente do Período	817.515	2.417.062	689.468	1.953.191

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.521.466	1.857.624
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.133.734	3.535.972
6.01.01.01	Lucro antes do IR e da CS	3.590.053	2.948.256
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	251.258	230.402
6.01.01.03	Constituição de Provisão para Perda c/ Imob. e Intang.	-367	846
6.01.01.04	Custo Resid. Imob. Intang Baixa/ Alienado	18.467	19.978
6.01.01.05	Opções de Ações Outorgadas	-26.447	-3.048
6.01.01.09	Perdas com Créditos Incobráveis e "Chargebacks"	97.988	77.122
6.01.01.10	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	140.775	146.762
6.01.01.11	Ajuste a Valor Presente do Contas a Receber	35.865	49.836
6.01.01.12	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	45.410	48.570
6.01.01.13	Variação Cambial sobre Juros de Empréstimos e Financiamentos Captados no Exterior	750	-801
6.01.01.14	Equivalência Patrimonial	-20.018	-12.430
6.01.01.16	Perda no Valor Recuperável de Ágio	0	30.479
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-187.004	-499.056
6.01.02.01	Contas a Receber Operacionais	-12.358	-1.680.480
6.01.02.02	Contas a Receber de Controladas e Controladas em Conjunto	-2	20
6.01.02.04	Outros Valores a Receber (Circ/Não Circulante)	-6.842	1.436
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-134.753	-129.668
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	11.166	-5.256
6.01.02.07	Contas a Pagar Estabelecimentos	-139.798	1.323.621
6.01.02.08	Fornecedores	114.915	-16.349
6.01.02.09	Impostos e Contribuições a Recolher	-14.285	980
6.01.02.10	Contas a Pagar a Controladas e Controladas em Conjunto	2.383	690
6.01.02.11	Outras Obrigações (Circulante e Não Circulante)	2.661	11.214
6.01.02.13	Pagamento de Processos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-10.091	-5.264
6.01.03	Outros	-1.425.264	-1.179.292
6.01.03.02	Juros Pagos	-34.441	-37.317
6.01.03.03	IR e CS Pagos	-1.390.823	-1.141.975
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-356.010	-307.882
6.02.01	Aumento de Capital em Controladas e "Joint Ventures"	-1.000	-5.500
6.02.04	Dividendos Recebidos de Controladas	11.874	4.007
6.02.05	Adições ao Imobilizado e Intangível, líquido da Provisão para Perdas	-366.884	-273.845
6.02.09	Pagamento do Saldo Remanescente referente a Aquisição de Controlada	0	-32.544
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.276.752	-1.591.646
6.03.01	Captação de Empréstimos FINAME, Líquido da Aquis. POS	115.865	225.146
6.03.04	Aquisição de Ações em Tesouraria	-229.721	-42.554
6.03.05	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio Pagos	-2.007.546	-1.667.321
6.03.06	IRRF s/ Juros s/ Capital Próprio Pagos	-10.020	-7.410
6.03.07	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Opção de Ações	66.669	45.909
6.03.09	Pagamento de Principal de Empréstimos	-211.999	-145.416
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-111.296	-41.904

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	257.145	282.487
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	145.849	240.583

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.000.000	62.582	2.251.795	0	5.448	3.319.825
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	62.582	2.251.795	0	5.448	3.319.825
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000.000	-189.499	-2.597.156	0	0	-1.786.655
5.04.01	Aumentos de Capital	1.000.000	0	-1.000.000	0	0	0
5.04.08	Aquisições de Ações em Tesouraria	0	-229.721	0	0	0	-229.721
5.04.09	Resultado na Opção de Ações Outorgadas	0	-26.447	0	0	0	-26.447
5.04.10	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Opção de Ações	0	66.669	0	0	0	66.669
5.04.11	Dividendos Pagos adicionais aos Mínimos Obrigatórios de 2013	0	0	-500.410	0	0	-500.410
5.04.12	Dividendos Pagos	0	0	-996.846	0	0	-996.846
5.04.13	Juros sobre Capital Próprio Pagos	0	0	-66.800	0	0	-66.800
5.04.14	Juros sobre Capital Próprio Propostos	0	0	-33.100	0	0	-33.100
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	2.416.839	0	223	2.417.062
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	2.416.839	0	0	2.416.839
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	223	223
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	33.849	33.849
5.05.02.07	Resultado com Instrumentos de "Hedge" de Investimentos no Exterior, Líquidos dos Efeitos Tributários	0	0	0	0	-33.626	-33.626
5.07	Saldos Finais	2.000.000	-126.917	2.071.478	0	5.671	3.950.232

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	500.000	76.541	1.822.707	0	4.979	2.404.227
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	500.000	76.541	1.822.707	0	4.979	2.404.227
5.04	Transações de Capital com os Sócios	500.000	307	-1.784.103	0	0	-1.283.796
5.04.01	Aumentos de Capital	500.000	0	-500.000	0	0	0
5.04.08	Aquisições de Ações em Tesouraria	0	-42.554	0	0	0	-42.554
5.04.09	Resultado na Opção de Ações Outorgadas	0	-3.048	0	0	0	-3.048
5.04.10	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Opção de Ações	0	45.909	0	0	0	45.909
5.04.11	Dividendos Pagos adicionais aos Mínimos Obrigatórios de 2012	0	0	-443.403	0	0	-443.403
5.04.12	Dividendos Pagos	0	0	-791.300	0	0	-791.300
5.04.13	Juros sobre Capital Próprio Pagos	0	0	-49.400	0	0	-49.400
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.952.862	0	329	1.953.191
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1.952.862	0	0	1.952.862
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	329	329
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	58.181	58.181
5.05.02.07	Resultado com Instrumentos de "Hedge" de Investimentos no Exterior, Líquidos dos Efeitos Tributários	0	0	0	0	-57.852	-57.852
5.07	Saldos Finais	1.000.000	76.848	1.991.466	0	5.308	3.073.622

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	5.087.762	4.521.026
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.185.750	4.598.148
7.01.02	Outras Receitas	-97.988	-77.122
7.01.02.01	Perdas com Créditos Incobráveis e "Chargebacks"	-97.988	-77.122
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.515.000	-1.300.117
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.075.158	-914.362
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-405.873	-321.901
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	368	-35.326
7.02.04	Outros	-34.337	-28.528
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.572.762	3.220.909
7.04	Retenções	-251.258	-230.402
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-251.258	-230.402
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.321.504	2.990.507
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.307.455	784.760
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	20.018	12.430
7.06.02	Receitas Financeiras	1.287.437	772.330
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.628.959	3.775.267
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.628.959	3.775.267
7.08.01	Pessoal	230.280	175.982
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.725.760	1.489.703
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	256.080	156.721
7.08.03.03	Outras	256.080	156.721
7.08.03.03.01	Juros Provisionados e Aluguéis	256.080	156.721
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.416.839	1.952.861
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	66.800	49.400
7.08.04.02	Dividendos	996.846	791.300
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.353.193	1.112.161

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	13.863.947	13.310.582
1.01	Ativo Circulante	9.293.736	9.104.461
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	462.826	423.062
1.01.03	Contas a Receber	8.830.910	8.681.399
1.01.03.01	Clientes	8.781.792	8.638.509
1.01.03.01.01	Contas a Receber Operacionais	8.781.792	8.638.509
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	49.118	42.890
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Controladas e Controladas em Conjunto	345	642
1.01.03.02.02	Impostos Antecipados e a Recuperar	1.393	1.234
1.01.03.02.03	Outros Valores a Receber	33.160	17.378
1.01.03.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	14.220	23.636
1.02	Ativo Não Circulante	4.570.211	4.206.121
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.778.421	1.562.997
1.02.01.03	Contas a Receber	18.714	19.046
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	18.714	19.046
1.02.01.06	Tributos Diferidos	694.226	592.542
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	694.226	592.542
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.065.481	951.409
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	1.065.481	951.409
1.02.02	Investimentos	55.414	46.388
1.02.03	Imobilizado	590.422	515.328
1.02.04	Intangível	2.145.954	2.081.408
1.02.04.01	Intangíveis	2.145.954	2.081.408
1.02.04.01.02	Ágio na Aquisição de Investimentos	1.042.257	999.725
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	1.103.697	1.081.683

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	13.863.947	13.310.582
2.01	Passivo Circulante	6.122.419	6.363.961
2.01.02	Fornecedores	5.245.928	4.902.100
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.245.928	4.902.100
2.01.02.01.01	Contas a Pagar a Estabelecimentos	1.242.987	1.122.475
2.01.02.01.02	Antecipação de Recebíveis com Emissores	3.362.865	3.282.460
2.01.02.01.03	Fornecedores	640.076	497.165
2.01.03	Obrigações Fiscais	384.068	538.484
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	242.418	273.110
2.01.05	Outras Obrigações	250.005	650.267
2.01.05.02	Outros	250.005	650.267
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	33.100	453.510
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	216.905	196.757
2.02	Passivo Não Circulante	3.778.604	3.614.742
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.266.291	2.215.375
2.02.02	Outras Obrigações	10.790	9.749
2.02.03	Tributos Diferidos	323.462	325.594
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	323.462	325.594
2.02.04	Provisões	1.178.061	1.064.024
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.178.061	1.064.024
2.02.04.01.05	Provisões para Riscos	1.178.061	1.064.024
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.962.924	3.331.879
2.03.01	Capital Social Realizado	2.000.000	1.000.000
2.03.02	Reservas de Capital	-126.917	62.582
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-200.107	-37.055
2.03.02.07	Reserva de Capital	73.190	99.637
2.03.04	Reservas de Lucros	2.071.478	2.251.795
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	5.671	5.448
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	12.692	12.054

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.938.462	5.596.878	1.737.514	4.880.790
3.01.01	Receita Operacional	2.134.721	6.151.184	1.914.195	5.372.292
3.01.02	Impostos sobre Serviços	-196.259	-554.306	-176.681	-491.502
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-781.288	-2.144.796	-655.108	-1.822.512
3.03	Resultado Bruto	1.157.174	3.452.082	1.082.406	3.058.278
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-306.620	-851.059	-250.016	-687.028
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-306.620	-851.059	-250.016	-687.028
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-86.513	-250.690	-69.074	-198.401
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-98.757	-270.083	-71.468	-191.473
3.04.02.04	Vendas e Marketing	-69.235	-194.713	-46.168	-151.364
3.04.02.05	Outras Despesas Operacionais, Líquidas	-54.615	-143.599	-63.820	-145.424
3.04.02.06	Equivalência Patrimonial	2.500	8.026	514	-366
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	850.554	2.601.023	832.390	2.371.250
3.06	Resultado Financeiro	377.632	1.005.000	219.074	590.739
3.06.01	Receitas Financeiras	409.504	1.097.425	249.768	679.789
3.06.01.01	Receitas Financeiras	4.557	11.796	5.352	14.007
3.06.01.02	Resultado com Antecipação de Recebíveis	404.665	1.085.443	243.823	664.987
3.06.01.03	Variação Cambial, Líquida	282	186	593	795
3.06.02	Despesas Financeiras	-31.872	-92.425	-30.694	-89.050
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-31.872	-92.425	-30.694	-89.050
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.228.186	3.606.023	1.051.464	2.961.989
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-407.678	-1.182.695	-359.932	-1.004.102
3.08.01	Corrente	-438.099	-1.299.432	-396.098	-1.083.201
3.08.02	Diferido	30.421	116.737	36.166	79.099
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	820.508	2.423.328	691.532	1.957.887
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	820.508	2.423.328	691.532	1.957.887
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	817.371	2.416.839	689.498	1.952.862
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3.137	6.489	2.034	5.025

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,52301	1,54550	0,43971	1,24611
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,52260	1,54288	0,43829	1,24448

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	820.508	2.423.328	691.532	1.957.887
4.02	Outros Resultados Abrangentes	144	223	-30	329
4.02.01	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	77.229	33.849	4.438	58.181
4.02.02	Resultado com Instrumentos de "Hedge" (Bonds) s/ Operações no Exterior, Líq dos Efeitos Tributários	-77.085	-33.626	-4.468	-57.852
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	820.652	2.423.551	691.502	1.958.216
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	817.515	2.417.062	689.468	1.953.191
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3.137	6.489	2.034	5.025

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.703.721	1.972.330
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.268.709	3.660.118
6.01.01.01	Lucro Antes do IR e da CS	3.606.023	2.961.989
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	313.234	291.312
6.01.01.03	Constituição de Provisão para Perda c/ Imob. Intang. Líq	-367	846
6.01.01.04	Custo Resid. Imob. Intang Baixa/ Alienado	25.011	24.656
6.01.01.05	Opções de Ações Outorgadas	-26.447	-3.048
6.01.01.09	Perdas com Créditos Incobráveis e "Chargebacks"	97.988	77.122
6.01.01.10	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	146.050	150.362
6.01.01.11	Ajuste a Valor Presente do Contas a Receber	35.865	49.836
6.01.01.12	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	72.139	71.974
6.01.01.13	Variação Cambial sobre Juros de Empréstimos e Financiamentos Captados no Exterior	750	-801
6.01.01.14	Equivalência Patrimonial	-8.026	366
6.01.01.15	Participação de Outros Acionistas que não da Cielo S.A.	6.489	5.025
6.01.01.16	Perda no Valor Recuperável de Ágio	0	30.479
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-92.674	-477.120
6.01.02.01	Contas a Receber Operacionais	-179.148	-1.803.422
6.01.02.02	Contas a Receber de Controladas e Controladas em Conjunto	297	34
6.01.02.03	Impostos Antecipados e a Recuperar	-159	625
6.01.02.04	Outros Valores a Receber (Circ. / Não Circulante)	-15.450	-6.327
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-114.072	-129.964
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	9.416	-5.834
6.01.02.07	Contas a Pagar Estabelecimentos	102.929	1.472.774
6.01.02.08	Fornecedores	142.911	-4.568
6.01.02.09	Impostos e Contribuições a Recolher	-15.453	2.199
6.01.02.11	Outras Obrigações (Circulante e Não Circulante)	8.068	4.219
6.01.02.13	Pagamento de Processos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-32.013	-6.856
6.01.03	Outros	-1.472.314	-1.210.668
6.01.03.02	Juros Pagos	-51.241	-52.609
6.01.03.03	IR e CS pagos	-1.421.073	-1.158.059
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-393.245	-322.093
6.02.01	Aumento de Capital em Controladas e "Joint Ventures"	-1.000	-5.500
6.02.05	Adições ao Imobilizado e Intangível, líquido da Provisão para Perdas	-392.245	-292.238
6.02.07	Recebimento de Indenização Paga pelos Vendedores da Me-S	0	8.189
6.02.09	Pagamento do Saldo Remanescente referente a Aquisição de Controlada	0	-32.544
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.276.752	-1.591.646
6.03.01	Captação de Empréstimos FINAME, Líquido da Aquisição de POS	115.865	225.146
6.03.04	Aquisição de Ações em Tesouraria	-229.721	-42.554
6.03.05	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio Pagos	-2.007.546	-1.667.321
6.03.06	IRRF s/ Juros s/ Capital Próprio Pagos	-10.020	-7.410

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.03.07	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Opção de Ações	66.669	45.909
6.03.09	Pagamento de Principal de Empréstimos	-211.999	-145.416
6.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	6.040	6.313
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	39.764	64.904
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	423.062	404.335
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	462.826	469.239

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.000.000	62.582	2.251.795	0	5.448	3.319.825	12.054	3.331.879
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	62.582	2.251.795	0	5.448	3.319.825	12.054	3.331.879
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000.000	-189.499	-2.597.156	0	0	-1.786.655	-5.851	-1.792.506
5.04.01	Aumentos de Capital	1.000.000	0	-1.000.000	0	0	0	0	0
5.04.08	Aquisições de Ações em Tesouraria	0	-229.721	0	0	0	-229.721	0	-229.721
5.04.09	Resultado na Opções de Ações Outorgadas	0	-26.447	0	0	0	-26.447	0	-26.447
5.04.10	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Opção de Ações	0	66.669	0	0	0	66.669	0	66.669
5.04.11	Dividendos Pagos adicionais aos Mínimos Obrigatórios de 2013	0	0	-500.410	0	0	-500.410	0	-500.410
5.04.12	Dividendos Pagos	0	0	-996.846	0	0	-996.846	0	-996.846
5.04.13	Juros sobre Capital Próprio Pagos	0	0	-66.800	0	0	-66.800	0	-66.800
5.04.14	Juros sobre Capital Próprio Propostos	0	0	-33.100	0	0	-33.100	0	-33.100
5.04.15	Efeito dos Outros Acionistas que não da Cielo S.A. sobre Entidades Consolidadas	0	0	0	0	0	0	-5.851	-5.851
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	2.416.839	0	223	2.417.062	6.489	2.423.551
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	2.416.839	0	0	2.416.839	6.489	2.423.328
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	223	223	0	223
5.05.02.06	Varição Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	33.849	33.849	0	33.849
5.05.02.07	Resultado com Instrumentos de "Hedge" de Investimentos no Exterior, Líquidos dos Efeitos Tributários	0	0	0	0	-33.626	-33.626	0	-33.626
5.07	Saldos Finais	2.000.000	-126.917	2.071.478	0	5.671	3.950.232	12.692	3.962.924

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	500.000	76.541	1.822.707	0	4.979	2.404.227	8.934	2.413.161
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	500.000	76.541	1.822.707	0	4.979	2.404.227	8.934	2.413.161
5.04	Transações de Capital com os Sócios	500.000	307	-1.784.103	0	0	-1.283.796	-3.956	-1.287.752
5.04.01	Aumentos de Capital	500.000	0	-500.000	0	0	0	0	0
5.04.08	Aquisições de Ações em Tesouraria	0	-42.554	0	0	0	-42.554	0	-42.554
5.04.09	Opções de Ações Outorgadas	0	-3.048	0	0	0	-3.048	0	-3.048
5.04.10	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Opção de Ações	0	45.909	0	0	0	45.909	0	45.909
5.04.11	Dividendos Pagos adicionais aos Mínimos Obrigatórios de 2012	0	0	-443.403	0	0	-443.403	0	-443.403
5.04.12	Dividendos Pagos	0	0	-791.300	0	0	-791.300	0	-791.300
5.04.13	Juros sobre Capital Próprio Pagos	0	0	-49.400	0	0	-49.400	0	-49.400
5.04.15	Efeito dos Outros Acionistas que não da Cielo S.A. sobre Entidades Consolidadas	0	0	0	0	0	0	-3.956	-3.956
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.952.862	0	329	1.953.191	5.025	1.958.216
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1.952.862	0	0	1.952.862	5.025	1.957.887
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	329	329	0	329
5.05.02.06	Varição Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	58.181	58.181	0	58.181
5.05.02.07	Resultado com Instrumentos de "Hedge" de Investimentos no Exterior, Líquidos dos Efeitos Tributários	0	0	0	0	-57.852	-57.852	0	-57.852
5.07	Saldos Finais	1.000.000	76.848	1.991.466	0	5.308	3.073.622	10.003	3.083.625

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	6.053.196	5.295.170
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.151.184	5.372.292
7.01.02	Outras Receitas	-97.988	-77.122
7.01.02.01	Perdas com Créditos Incobráveis e "Chargebacks"	-97.988	-77.122
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.193.118	-1.837.720
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.797.839	-1.489.352
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-338.128	-267.924
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-4.129	-35.308
7.02.04	Outros	-53.022	-45.136
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.860.078	3.457.450
7.04	Retenções	-313.234	-291.312
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-313.234	-291.312
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.546.844	3.166.138
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.291.280	768.043
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.026	-366
7.06.02	Receitas Financeiras	1.289.743	773.434
7.06.03	Outros	-6.489	-5.025
7.06.03.01	Participação dos Acionistas que não da Cielo S.A.	-6.489	-5.025
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.838.124	3.934.181
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.838.124	3.934.181
7.08.01	Pessoal	346.319	257.777
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.782.308	1.533.869
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	292.658	189.674
7.08.03.03	Outras	292.658	189.674
7.08.03.03.01	Juros Provisionados e Aluguéis	292.658	189.674
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.416.839	1.952.861
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	66.800	49.400
7.08.04.02	Dividendos	996.846	791.300
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.353.193	1.112.161

Comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS:

Apresentamos o Comentário de Desempenho e as Informações Contábeis Intermediárias da Cielo S.A. ("Sociedade") e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, acompanhados do relatório de revisão de informações trimestrais dos nossos Auditores Independentes.

As Informações Contábeis Intermediárias da Sociedade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis internacionais - IFRS (International Financial Reporting Standards) emitido pelo IASB (International Accounting Standards Board) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e a norma IAS 34 - Interim Financial Reporting.

DESTAQUES DO 3º TRIMESTRE DE 2014

- Volume financeiro de transações totalizou R\$ 128,8 bilhões, aumento de 13,8% em relação ao 3T13, ou R\$ 15,6 bilhões; e aumento de 2,7% em relação ao 2T14, ou R\$ 3,4 bilhões;
- Receita operacional líquida totalizou R\$ 1,9 bilhão, aumento de 11,6% em relação ao 3T13, ou R\$ 200,9 milhões, e aumento de 5,3% em relação ao 2T14, ou R\$ 97,7 milhões;
- Antecipação de Recebíveis atingiu 17,7% sobre o volume financeiro de crédito, aumento de 1,2 ponto percentual em relação ao 3T13 e redução de 0,2 ponto percentual em relação ao 2T14;
- EBITDA de R\$ 957,3 milhões, aumento de 2,9% em relação ao 3T13, ou R\$ 27,1 milhões, e aumento de 0,2% em relação ao 2T14, ou R\$ 1,8 milhão;
- Margem EBITDA de 49,4%, redução de 4,1 pontos percentuais em comparação ao 3T13 e redução de 2,5 pontos percentuais em relação ao 2T14;
- Lucro líquido Cielo totalizou R\$ 817,4 milhões, aumento de 18,5% em relação ao 3T13, ou R\$ 127,9 milhões e aumento de 2,6% em relação ao 2T14, ou R\$ 20,6 milhões.

DESEMPENHO OPERACIONAL 3T14

VOLUME FINANCEIRO DE TRANSAÇÃO

No 3T14, o volume financeiro de transações totalizou R\$ 128,8 bilhões, representando um acréscimo de 13,8%, quando comparado aos R\$ 113,2 bilhões no mesmo período em 2013 e aumento de 2,7% em relação ao 2T14. O número de transações capturadas foi de 1,414 bilhão, um crescimento de 13,0 % em relação ao 3T13 e aumento de 4,1% sobre o 2T14.

Especificamente com cartões de crédito, o volume financeiro de transações processadas totalizou R\$ 78,6 bilhões no 3T14, o que representou um crescimento de 11,0% em relação ao 3T13 e aumento de 3,4% em relação ao 2T14.

Com a modalidade cartões de débito, o volume financeiro de transações processadas totalizou R\$ 50,2 bilhões no 3T14, um crescimento de 18,3% em relação ao 3T13 e aumento de 1,7% em relação ao 2T14.

Comentário do Desempenho

Pontos de Venda Ativos e Base de Equipamentos

O número de pontos de venda ativos totalizou 1,54 milhão ao final do 3T14, o que representa um aumento de 12,5% sobre o 3T13 e um aumento de 4,6% sobre o 2T14. São considerados ativos aqueles que realizaram, no mínimo, 1 (uma) transação financeira nos últimos 30 dias. No critério de atividade de 60 dias, o aumento foi de 12,6% e de 4,4% em relação ao 3T13 e ao 2T14, respectivamente.

PONTOS DE VENDAS ATIVOS	3T14	3T13	2T14	3T14 X 3T13	3T14 X 2T14
Ponto de Vendas Ativos em 30 dias (mil)	1.541	1.370	1.473	12,5%	4,6%
Ponto de Vendas Ativos em 60 dias (mil)	1.596	1.417	1.529	12,6%	4,4%

A base instalada de POS apresentou crescimento de 10,5% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior e de 1,9% em relação ao 2T14.

O equipamento sem fio (WiFi/GPRS) terminou o 3T14 representando 61,0% da base instalada.

BASE DE EQUIPAMENTOS	3T14	3T13	2T14	3T14 X 3T13	3T14 X 2T14
# POS Instalado (mil)	1.935	1.751	1.899	10,5%	1,9%
% Wireless	61,0%	54,0%	58,8%	7,0 p.p	2,2 p.p

DESEMPENHO FINANCEIRO 3T14

COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO NOS TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 30 DE JUNHO DE 2014

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da Sociedade e de suas controladas, proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, aluguel de POS e outras receitas, aumentou R\$97,7 milhões, ou 5,3%, para R\$1.938,5 milhões no 3T14, comparada com R\$1.840,7 milhões no 2T14. O acréscimo na receita líquida está substancialmente relacionado à contínua expansão dos negócios e ao impacto da apreciação do dólar na receita gerada nos EUA.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O custo dos serviços prestados aumentou R\$77,5 milhões, ou 11,0%, para R\$781,3 milhões no 3T14, comparado com R\$703,8 milhões no 2T14. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência dos seguintes fatores:

- (i) Acréscimo de R\$ 19,9 milhões devido ao aumento nos custos das controladas Merchant- e Solutions- que sofre impacto da apreciação do dólar, e M4U;
- (ii) Acréscimo de R\$ 19,7 milhões nos custos vinculados a equipamentos, como instalação, manutenção e ativação de terminais POS, decorrente de ações de atualização do parque ativo, de recomposição do estoque de spare parts (cabos e baterias) para manutenção de equipamentos POS, bem como, maiores gastos relacionados a instalação dos novos dispositivos "Chip&Senha" para transações mobile;
- (iii) Acréscimo de R\$ 19,6 milhões referentes a maiores gastos com projetos;

Comentário do Desempenho

- (iv) Acréscimo de R\$ 11,7 milhões em custos relacionados a transação, como captura e processamento, centrais de atendimento, fee das bandeiras e de telecomunicações, dado ao aumento no volume de transações;
- (v) Acréscimo de R\$ 6,6 milhões ou 17,3% nos custos com pessoal, referente ao aumento do quadro de profissionais de TI e operações para projetos, incluindo salários, provisões para participação nos lucros, 13º salário e respectivos encargos, bem como do reajuste salarial em 6,5%, conforme estabelecido no acordo coletivo de agosto de 2014.

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais aumentaram R\$21,4 milhões, ou 7,5%, para R\$ 306,6 milhões no 3T14, comparadas com R\$ 285,2 milhões no 2T14. As principais variações são como seguem:

Despesas de pessoal. As despesas de pessoal aumentaram 12,7% ou R\$ 11,2 milhões, para R\$ 98,8 milhões no 3T14, comparados com os R\$ 87,6 milhões no 2T14. Essa variação está substancialmente relacionada ao aumento no quadro de funcionários da Sociedade com projetos, ao reajuste de 6,5% do acordo coletivo no trimestre vigente, incluindo o efeito retroativo desse aumento sobre as provisões para participação nos lucros, 13 salário e respectivos encargos.

Despesas gerais e administrativas. As despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação, reduziram R\$ 5,2 milhões ou 6,3%, para R\$ 77,6 milhões no 3T14, comparadas com os R\$ 82,8 milhões no 2T14. Essa variação ocorreu substancialmente em razão de maiores gastos com serviços profissionais relacionados a projetos e consultorias no 2T14, parcialmente impactado pelo aumento de gastos com educação continuada e treinamento de funcionários.

Despesas de vendas e marketing. As despesas de vendas e marketing aumentaram 19,2% ou R\$11,1 milhões, para R\$ 69,2 milhões no 3T14, comparadas com os R\$ 58,1 milhões no 2T14. Essa variação é decorrente do maior volume de iniciativas de vendas e ações de marketing no 3T14, comparado ao trimestre anterior.

Outras despesas operacionais líquidas. As outras despesas operacionais líquidas aumentaram R\$3,5 milhões ou 6,9%, para R\$ 54,6 milhões no 3T14, comparadas com os R\$ 51,1 milhões no 2T14. O acréscimo está substancialmente relacionado ao aumento nas provisões para créditos incobráveis de aluguel, líquido de menores baixas de equipamentos POS obsoletos, no 3T14.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro totalizou R\$ 377,6 milhões no 3T14, um aumento de 16,0% ou R\$ 51,9 milhões em relação ao 2T14, que obteve um resultado de R\$ 325,7 milhões.

Receitas financeiras. As receitas financeiras aumentaram R\$0,9 milhão ou 26,3%, para R\$4,6 milhões no 3T14, comparadas com os R\$3,6 milhões no 2T14. Essa variação decorre do aumento do saldo médio de aplicações financeiras no 3T14.

Despesas financeiras. As despesas financeiras aumentaram R\$ 2,4 milhões ou 8,2%, para R\$ 31,9 milhões no 3T14, comparadas com os R\$ 29,5 milhões no 2T14.

Resultado com Antecipação de recebíveis. O resultado com antecipação de recebíveis líquida do ajuste a valor presente e juros com antecipação de fluxo com emissores aumentou R\$ 53,1 milhões

Comentário do Desempenho

ou 15,1%, para R\$ 404,7 milhões no 3T14, comparadas com os R\$ 351,6 milhões no 2T14. O acréscimo se deve substancialmente aos aumentos de spread e volume financeiro de operações de transações antecipadas no 3T14 e pela redução dos juros com antecipação de fluxo com emissores, decorrente da diminuição do volume de operações de antecipações efetuadas com os bancos emissores no período. Vale ressaltar que a partir deste trimestre será apresentado o resultado com antecipação de recebíveis sendo que a diferença com relação aos trimestres anteriores está no fato que além do ajuste a valor presente, é considerado também os juros com antecipação de emissores.

COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO NOS TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 30 DE SETEMBRO DE 2013

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da Sociedade e de suas controladas, proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, aluguel de POS e outras receitas aumentou 11,6% ou R\$ 200,9 milhões, para R\$ 1.938,5 milhões no 3T14, comparada com R\$ 1.737,5 milhões no 3T13. O acréscimo na receita líquida está substancialmente relacionado à contínua expansão dos negócios da Sociedade e ao impacto da apreciação do dólar na receita gerada nos EUA.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O custo dos serviços prestados aumentou R\$126,2 milhões, ou 19,3%, para R\$781,3 milhões no 3T14, comparado com R\$655,1 milhões no 3T13. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência dos seguintes fatores:

- (i) Acréscimo de R\$ 40,0 milhões em custos relacionados a transação, como captura e processamento de transações, centrais de atendimento, “fees” pagos às bandeiras e de telecomunicações, dado ao aumento no volume de transações;
- (ii) Acréscimo de R\$ 39,9 milhões devido ao aumento nos custos das controladas Merchant-e Solutions- que sofre impacto da apreciação do dólar, e M4U;
- (iii) Acréscimo de R\$ 25,6 milhões referente aos maiores gastos com projetos;
- (iv) Acréscimo de R\$ 12,2 milhões nos custos vinculados a equipamentos, como instalação, depreciação, manutenção e ativação de terminais POS, decorrente de ações de atualização do parque ativo, bem como, maiores gastos relacionados a instalação dos novos dispositivos "Chip&Senha" para transações mobile no 3T14;
- (v) Acréscimo de R\$ 8,5 milhões ou 23,3% nos custos com pessoal, referentes ao crescimento do quadro de profissionais das áreas de TI e Operações para projetos, incluindo salários, provisões para participação nos lucros, 13º salário e respectivos encargos, bem como do reajuste salarial em 6,5%, conforme estabelecido no acordo coletivo de agosto de 2014.

Comentário do Desempenho

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais aumentaram R\$ 56,6 milhões ou 22,6%, para R\$ 306,6 milhões no 3T14, comparadas aos R\$ 250,0 milhões no 3T13. As principais variações são como seguem:

Despesas de pessoal. As despesas de pessoal apresentaram um aumento de 38,2% ou R\$ 27,3 milhões, para R\$ 98,8 milhões no 3T14, comparados com os R\$ 71,5 milhões no 3T13. Essa variação está substancialmente relacionada ao aumento no quadro de funcionários da Sociedade com projetos, ao reajuste de 6,5% do acordo coletivo no trimestre vigente, bem como o efeito retroativo desse aumento sobre as provisões para participação nos lucros, 13º salário e respectivos encargos.

Despesas gerais e administrativas. As despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação, aumentaram 25,8% ou R\$ 15,9 milhões, para R\$ 77,6 milhões no 3T14, comparadas com os R\$ 61,7 milhões no 3T13. Essa variação decorre, principalmente, dos maiores gastos com serviços profissionais e consultoria relacionados a projetos corporativos, bem como gastos com educação continuada e treinamento de funcionários (devido ao aumento no quadro de funcionários).

Despesas de vendas e marketing. As despesas de vendas e marketing aumentaram 50,0% ou R\$ 23,0 milhões, para R\$ 69,2 milhões no 3T14, comparadas com os R\$ 46,2 milhões no 3T13. Essa variação decorre do aumento da realização de campanhas de vendas e parcerias, de compra de mídia institucional no 3T14, em relação ao mesmo período do ano anterior. Despesas de vendas e marketing representaram no trimestre 3,6% da receita líquida.

Outras despesas operacionais líquidas. As outras despesas operacionais líquidas diminuíram R\$ 9,2 milhões ou 14,4%, para R\$ 54,6 milhões no 3T14, comparadas com os R\$ 63,8 milhões no 3T13. O decréscimo está substancialmente relacionado à revisão no 3T13 dos critérios de recuperabilidade dos saldos em aberto dos clientes bloqueados por fraude, que geraram perdas extraordinárias no período.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro totalizou R\$ 377,6 milhões no 3T14, um aumento de 72,4% em relação ao 3T13, quando alcançou R\$ 219,1 milhões.

Receitas financeiras. As receitas financeiras diminuíram R\$ 0,8 milhão ou 14,9%, para R\$ 4,6 milhões no 3T14, comparadas com os R\$ 5,4 milhões no 3T13, em decorrência da variação do saldo médio das aplicações financeiras.

Despesas financeiras. As despesas financeiras aumentaram R\$ 1,2 milhão, ou 3,8%, para R\$ 31,9 milhões no 3T14, comparadas com os R\$ 30,7 milhões no 3T13.

Resultado com antecipação de recebíveis. O resultado com antecipação de recebíveis líquida do ajuste a valor presente e juros com antecipação de fluxo com emissores aumentou R\$ 160,8 milhões, ou 66,0%, para R\$ 404,7 milhões no 3T14, comparadas com os R\$ 243,8 milhões no 3T13. Essa variação decorre principalmente do aumento do volume de antecipação em relação ao volume total de crédito. Vale ressaltar que a partir deste trimestre será apresentado o resultado com antecipação de recebíveis sendo que a diferença com relação aos trimestres anteriores está no fato que além do ajuste a valor presente, é considerado também os juros com antecipação de emissores.

Comentário do Desempenho

EBITDA

O EBITDA totalizou R\$ 957,3 milhões no 3T14, aumento de 2,9% em relação ao 3T13 e aumento de 0,2% sobre o 2T14.

EBITDA (R\$ milhões)	3T14	2T14	3T13
Lucro Líquido Cielo	817,4	796,8	689,5
Participação dos acionistas que não da Cielo S.A.	3,1	0,2	2,0
Resultado Financeiro	(377,6)	(325,7)	(219,1)
Imposto de Renda e Contribuição Social	407,7	380,5	359,9
Depreciação e Amortização	106,8	103,8	97,9
EBITDA	957,3	955,5	930,2
<i>% Margem EBITDA</i>	<i>49,4%</i>	<i>51,9%</i>	<i>53,5%</i>

O EBITDA corresponde ao lucro líquido, acrescido do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro. Ressalta-se que, para o seu cálculo, ao lucro líquido da Controladora é acrescida a participação dos acionistas que não a Cielo S.A.

O EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerada como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa é um valor para Cielo, e diante disso tem como uma de suas metas o aperfeiçoamento constante na busca do mais avançado nível de governança corporativa, visando manter o equilíbrio adequado na alocação de direitos, poderes, obrigações e responsabilidades entre gestores, *board* e acionistas, a fim de permitir que opere com eficiência e crie valor no longo prazo. Nesse sentido a Companhia se compromete, de forma voluntária, a adotar práticas que excedem as exigências da legislação e do segmento de Bolsa em que está listada, denominado Novo Mercado da BM&F Bovespa, com referência a governança corporativa e aos direitos dos acionistas, zelando sempre pela prática de condutas éticas e sustentáveis. Exemplo disso é a adoção de algumas práticas como, possuir um Conselho de Administração composto por 30% (trinta por cento) de membros independentes, possuir uma Secretaria de Governança Corporativa dedicada a suportar os órgãos de governança da Companhia e de suas controladas, estabelecer mecanismo de auto avaliação do Conselho de Administração de forma colegiada e individual, restringir a troca de informações ao Portal Eletrônico de Governança Corporativa, manter Políticas de Dividendos, de Divulgação, e de Transações com Partes Relacionadas e situações envolvendo Conflito de Interesses, além de Código de Ética, que estabelece as normas de conduta no relacionamento com todas as partes interessadas: colaboradores, clientes, fornecedores, investidores, órgãos reguladores, sociedade e governo.

Comentário do Desempenho

Para que os interesses de seus administradores estejam de acordo com os interesses de seus acionistas, especialmente os minoritários, a monitoria da gestão e desempenho da Cielo é atualmente exercida por um Conselho de Administração composto por 11 (onze) conselheiros, dos quais 3 (três) são membros independentes, por um Conselho Fiscal não permanente composto por 5 (cinco) conselheiros, dos quais 2 (dois) são independentes, por uma Diretoria Executiva composta por 7 membros, e por Comitês e Fóruns de Assessoramento do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, respectivamente.

O mais alto órgão de governança da Companhia é o Conselho de Administração, que é totalmente composto por membros que não exercem função na diretoria executiva. Além do Conselho de Administração, todos os demais órgãos da administração da Companhia são responsáveis pela efetiva adoção das melhores práticas de Governança, sendo que o Comitê de Governança Corporativa tem como principal responsabilidade estabelecer a estratégia e as diretrizes da governança da Cielo, e a Secretaria de Governança Corporativa têm como principal responsabilidade zelar pelo cumprimento das normas e procedimentos de governança dentro dos princípios da ética e da sustentabilidade.

Desde o dia 01 de junho de 2011, a Cielo está listada no mercado de balcão OTCQX Internacional, que é um segmento Premium do mercado Americano, que distingue as principais empresas internacionais de outros valores mobiliários negociados no mercado de balcão OTC dos EUA pela qualidade de seus negócios operacionais, a excelência da sua divulgação e sua listagem em qualificadas bolsas de valores estrangeiras. A partir de 2014, a Cielo passou a integrar a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa.

No quesito sustentabilidade, a Companhia mantém práticas estruturadas, tais como a publicação de um Relatório de Sustentabilidade auditado e orientado por padrões internacionais, a realização e divulgação de um Inventário de Emissões de Gases do Efeito Estufa e a implementação de diversas políticas que abordam questões importantes como meio ambiente, gestão de pessoas e riscos corporativos, reunidas em um rigoroso Código de Ética compartilhado entre colaboradores e fornecedores. A Cielo ainda conta com um Comitê de Sustentabilidade, instituído em 2013 como órgão de assessoramento do Conselho de Administração, que tem como objetivo contribuir para a inclusão de temas associados à Sustentabilidade nos processos de negócio da Companhia, assegurando o sucesso do negócio em longo prazo, contribuindo para um meio ambiente saudável, uma sociedade justa e o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em consonância com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, informamos que a Sociedade contratou os serviços de auditoria independente da KPMG Auditores Independentes (KPMG) para o exercício de 2014.

A Política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes estabelece mecanismos para que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Comentário do Desempenho

Confirmamos que não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas serviços não relacionados à auditoria externa no 3º trimestre de 2014.

As informações no relatório de desempenho sobre EBITDA, volume financeiro e quantidade de transações, taxas de desconto, informações da indústria e setoriais, contribuições na receita líquida, quantidade de funcionários e investimentos totais e faturamento gerencial não foram objeto de Revisão das Informações Trimestrais-ITR realizada pelos auditores independentes em 28 de outubro de 2014.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Cielo S.A. (“Sociedade” ou “Cielo”) foi constituída em 23 de novembro de 1995 no Brasil e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados a cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, bem como a prestação de serviços correlatos, tais como o credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; e a coleta de dados e de processamento de transações eletrônicas e manuais.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede em Barueri, SP, cujas ações foram admitidas à negociação na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob a sigla “CIEL3”, e suas controladoras integram os conglomerados Banco do Brasil e Bradesco.

O contexto operacional das controladas diretas, controladas indiretas e controladas em conjunto (“joint ventures”) é como segue:

Controladas diretas

- **Servinet Serviços Ltda. (“Servinet”)** - Seu objeto social consiste na prestação de serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais e estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento; no desenvolvimento de atividades correlatas no setor de serviços julgadas de interesse da Servinet; e na participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
- **Cielo USA, Inc. (“Cielo USA”)** - Tem como principal atividade a participação em outras sociedades como cotistas ou acionistas (“holdings”). Em 30 de setembro de 2014, essa “holding” detêm o controle da Me-S.
- **Multisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multisplay”)** - Tem como objeto social a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular; e o comércio de recarga de aparelhos celulares.
- **Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. (“Braspag”)** - Tem como objeto social o desenvolvimento de programas de computador; o processamento de transações eletrônicas; e os serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet.
- **Aliança Pagamentos e Participações Ltda. (“Aliança”)** - Tem como objeto social a gestão e emissão de contas de pagamento próprias ou de terceiros, bem como o desenvolvimento de atividades necessárias para tal finalidade; e a participação em outras sociedades como sócia ou acionista. A empresa foi constituída com a finalidade de participar no capital social da empresa Stelo S.A..

Notas Explicativas

Controladas indiretas

- **M4Produtos e Serviços S.A. (“M4Produtos”)** - Controlada da Multidisplay, tem como objeto social a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, televisão pré-paga, transporte pré-pago e similares; a prestação de serviços de pagamento móvel e de serviços de consultoria em tecnologia; e o desenvolvimento e licenciamento de softwares.
- **Merchant e-Solutions, Inc. (“Me-S”)** - Controlada da Cielo USA, tem como objeto social a prestação de serviços relacionados à viabilização de pagamentos eletrônicos com cartões de crédito e débito, compreendendo a autorização de transações, as liquidações financeiras e a notificação de transações aos estabelecimentos comerciais.

Controladas em conjunto (“Joint ventures”)

- **Companhia Brasileira de Gestão de Serviços. (“Orizon”)** - Anteriormente denominada Orizon Brasil Processamento de Informações de Saúde Ltda. - Seu objeto social consiste no processamento de informações para as empresas da área médica em geral; na gestão de serviços de suporte (“back office”) para empresas operadoras de saúde em geral; na prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares (como hospitais, clínicas médicas e laboratórios) e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias.
- **Prevsáude Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. (“Prevsáude”)** - Controlada da Orizon, tem como objeto social a prestação de serviços de benefício farmacêutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios. A Prevsáude administra a relação dos funcionários de seus clientes com as farmácias, com os médicos e com a própria empresa contratante.
- **Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. (“Precisa”)** - Controlada da Orizon até março de 2014, tinha como objeto social a comercialização de medicamentos em geral, com foco na prevenção e manutenção do estado de saúde, com sistema de entrega programada. Em 20 de março de 2014, a controlada Precisa foi alienada para outro grupo econômico pelo montante de R\$ 1.500.
- **Guilher Comércio, Importação, Exportação e Distribuição de Medicamentos e Tecnologia para Saúde Ltda. (“Guilher”)** - Controlada da Orizon, tem como objeto social a importação, exportação, distribuição, e comercialização de medicamentos e insumos farmacêuticos, produtos e equipamentos de tecnologia para saúde.
- **Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. (“Paggo”)** - Tem como objeto social a prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas com cartões de crédito e de débito na modalidade de pagamentos móveis.

A Cielo e suas controladas são também designadas como “Grupo” ao longo deste relatório.

Notas Explicativas

Novos negócios societários

Em 16 de abril de 2014, a Cielo informou ao mercado a celebração de memorando de entendimentos com a Cia Brasileira de Soluções e Serviços (“CBSS”), controlada pelo Banco Bradesco S.A. e pelo Banco do Brasil S.A., para participar no capital social da Stelo S.A., subsidiária integral da CBSS que atua como facilitadora para pagamentos online e carteira digital, tanto para o mundo físico quanto para o comércio eletrônico.

A concretização da operação está sujeita à assinatura dos documentos definitivos e à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade.

2 Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Sociedade compreendem:

- As informações contábeis intermediárias individuais da Sociedade, que foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Controladora (BR GAAP)”.
- As informações contábeis intermediárias consolidadas da Sociedade, as quais foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Consolidado (IFRS e BR GAAP)”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2 Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade e de apresentação.

Na elaboração das informações contábeis intermediárias de cada empresa do Grupo (localizadas no Brasil e cuja moeda funcional é o real (R\$), as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas

Notas Explicativas

taxas vigentes no fim do período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos utilizando a taxa vigente da data da transação. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do período em que ocorrerem, exceto as variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção dos investimentos contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio (“hedge de investimento”).

A Administração determinou que a moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano. Na Cielo USA, o fator preponderante para determinação da moeda funcional foi a captação de empréstimos denominados em dólares norte-americanos para aquisição do controle da Me-S. Esses empréstimos serão liquidados com o caixa gerado nas operações do exterior. Adicionalmente, com relação à Me-S, os fluxos de caixa e os serviços prestados são integralmente em dólares norte-americanos.

Para fins de apresentação das informações contábeis intermediárias consolidadas, os ativos e passivos das controladas Cielo USA e Me-S (localizadas nos Estados Unidos da América), originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim do período. Os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais do período. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

O ágio e os ajustes ao valor justo sobre os ativos e passivos identificáveis adquiridos resultantes da aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos dessa operação e convertidos pela taxa de câmbio de fechamento no fim de cada período de divulgação. As diferenças cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido.

Quando há baixa de uma operação no exterior (exemplos: alienação da participação em uma operação no exterior, perda de controle sobre uma empresa investida ou uma controlada em conjunto que possuem operações no exterior, ou perda de influência significativa sobre uma coligada que possui uma operação no exterior), o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido do Grupo é reclassificado para o resultado do período.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo custo, acrescido dos juros auferidos. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como instrumentos financeiros, e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

2.5 Contas a receber operacionais e contas a pagar a estabelecimentos comerciais

- a. Antecipação de recebíveis - sobre os contas a receber dos bancos emissores relacionado às operações de antecipações de recebíveis, é registrado ajuste a valor presente, calculado individualmente, descontando-se os fluxos de caixa de cada um dos recebíveis registrados e utilizando-se as taxas de juros contratadas nessas operações.
- b. Valores a receber de transações financeiras processadas - representam principalmente os valores a receber devidos por membros das associações de cartões para transações financeiras

Notas Explicativas

processadas pela Me-S que foram autorizadas, mas que ainda não foram recebidas. Tais recebíveis geralmente são liquidados no dia útil seguinte.

- c. Valores a receber de estabelecimentos comerciais - representam as taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela Me-S de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.
- d. Transações pendentes de repasse - referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio e os saldos de contas a pagar a estabelecimentos comerciais deduzidos das taxas líquidas de administração (taxa de desconto); os prazos de recebimento dos emissores e de pagamento aos estabelecimentos são inferiores a um ano.
- e. Valores a liquidar para os estabelecimentos comerciais referentes a transações processadas pela Me-S - são representados por saldos devidos a clientes de transações processadas que ainda não foram pagas. A Me-S paga os estabelecimentos comerciais por valores recebidos das associações de cartões no dia útil seguinte ao dia da captura da transação.
- f. Cauções de clientes - a Me-S mantém fundos como um depósito de segurança para se proteger contra o risco de um cliente ir à falência e não ser capaz de pagar pelos serviços prestados. O montante retido de cada cliente é baseado nos fatores de risco associados a este, que incluem, entre outros, o tipo de negócio e o volume de transações realizadas.

2.6 Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.7 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Notas Explicativas

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

- O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, forem verificadas todas as seguintes condições: (i) a viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) a intenção de completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; (iii) a habilidade de usar ou vender o ativo intangível; (iv) como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros; (v) a disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; (vi) a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios.

- Nas informações contábeis intermediárias consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Baixa de ativos intangíveis

- Um ativo intangível é baixado quando da alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.8 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

Anualmente, e se houver evidência, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Notas Explicativas

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável, e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9 Combinação de negócios

Nas informações contábeis intermediárias consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição foram reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

As participações não controladoras que correspondem a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação são mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

2.10 Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão beneficiar-se das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes.

2.11 Investimentos em controladas e controladas em conjunto (“Joint ventures”)

Controlada é a entidade, incluindo aquela não constituída sob a forma de sociedade tal como uma parceria, na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância para governar as políticas financeiras e operacionais de forma a obter benefícios de suas atividades. Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às informações contábeis individuais com base no método de equivalência patrimonial. Nas informações contábeis intermediárias consolidadas, os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas das

Notas Explicativas

controladas (diretas e indiretas) são somados às posições contábeis consolidadas integralmente e o valor patrimonial da participação dos acionistas não controladores é determinado pela aplicação do percentual de participação deles sobre o patrimônio líquido da controlada.

“Joint ventures” são aquelas entidades nas quais o controle é exercido em conjunto pela Sociedade e por um ou mais sócios. Nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, as participações em entidades controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, a partir da data em que o controle conjunto é adquirido.

2.12 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social na Sociedade está baseada no lucro tributável do período. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$60 no período. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias consolidadas; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das informações contábeis intermediárias e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período de relatório, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido. Nesses casos, os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Resultados abrangentes” no patrimônio líquido.

Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.13 Benefícios a empregados

A Sociedade é copatrocinadora de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Notas Explicativas

Além disso, a Sociedade possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo alavancar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos chave, através de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento, com foco para resultados do negócio.

Na Sociedade, há ações de desenvolvimento voltadas para todos os seus colaboradores como, por exemplo, desenvolvimento de liderança, e-learning, treinamentos contratuais, treinamentos sob demanda, educação continuada e idiomas. Adicionalmente, a Sociedade oferece aos seus funcionários outros benefícios como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais. Os custos relacionados as ações descritas são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

2.14 Ativos e passivos financeiros

a. *Ativos financeiros*

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo através do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado

Ativos financeiros são mensurados ao valor justo pelo resultado quando são mantidos para negociação ou, no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo através do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando: (i) é adquirido principalmente para o propósito de venda em prazo muito curto; (ii) é parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo; (iii) é um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de “hedge” em uma contabilização de “hedge”.

Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo através de lucros e perdas no reconhecimento inicial quando: (i) essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência surgida em sua mensuração ou seu reconhecimento; (ii) for parte de um grupo administrado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, seu desempenho for avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou a estratégia de investimento documentada pela Sociedade, e as respectivas informações forem fornecidas internamente com a mesma base; (iii) for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o pronunciamento técnico CPC 38 e a norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitirem que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do período. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Sociedade tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles que não são derivativos e que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em rubrica específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do período no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

Método da taxa efetiva de juros

É um método de calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar a receita ou despesa dos juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados: (i) pelo valor justo através do resultado; ou (ii) como outros passivos financeiros.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado

São classificados nessa categoria os passivos financeiros mantidos para negociação ou quando mensurados pelo valor justo através do resultado.

- Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando: (i) for incorrido principalmente com o propósito de recompra em futuro próximo; (ii) for parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo; (iii) for um derivativo que não esteja designado como um instrumento de “hedge” efetivo.
- Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados como valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando: (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que poderia surgir; (ii) compuserem parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou de ambos, o qual seja administrado e cuja “performance” seja avaliada com base em seu valor justo, de acordo com a administração de risco documentada ou a estratégia de investimento da Sociedade, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas nessa base internamente; (iii) formarem parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e a norma IAS 39 permitir que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Notas Explicativas

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro.

Outros passivos financeiros

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método da taxa efetiva de juros é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

2.15 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A receita de outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais é reconhecida no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto, sendo essa taxa aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

A receita com antecipação de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida “*pro rata temporis*”, considerando os seus prazos de vencimento.

No caso da Me-S, no âmbito dos seus acordos com os bancos, esta assume responsabilidades do banco adquirente e é, portanto, responsável pelas taxas de intercâmbio. Além disso, o banco recebe taxas de mercado por seus serviços e, dessa forma, não está exposto aos riscos e benefícios do acordo. Adicionalmente, existem fatores como a portabilidade de contratos com estabelecimentos comerciais e o fato de a Me-S manter, no dia a dia, a interação direta com os seus clientes e de deter o risco de crédito da operação. Dessa forma, a Me-S é o devedor principal e reconhece a receita com base no valor bruto, e o intercâmbio é reconhecido como custo dos serviços prestados.

2.16 Provisão para riscos

Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

Notas Explicativas

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada período de relatório, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. Quando se espera que o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão seja recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo apenas quando o reembolso é virtualmente certo e o montante pode ser estimado com segurança.

As provisões que envolvem processos tributários estão constituídas por valor equivalente à totalidade dos tributos em discussão judicial, atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços.

2.17 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica “Dividendos a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Sociedade; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as informações contábeis intermediárias, mas antes da data de autorização para emissão das referidas informações contábeis intermediárias, é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos”, no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 19.g).

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.18 Plano de opções de ações

A Sociedade oferece a seus administradores e executivos e aos de sua controlada Servinet plano de opção de compra de ações. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido. No fim de cada período de relatório, a Sociedade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

2.19 Uso de estimativas

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no período demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos POS), imposto de renda e contribuição social diferidos, valorização de instrumentos financeiros derivativos, redução ao valor recuperável do ágio e provisão para riscos. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Sociedade e suas controladas revisam as estimativas e premissas no mínimo anualmente.

Notas Explicativas

2.20 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações contábeis individuais e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.21 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

O Grupo não adotou de forma antecipada as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não em vigor:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018);
- IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes - introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017).

A Administração da Sociedade avaliou essas novas IFRS e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

2.22 Regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN)

Em razão da Lei nº 12.865, publicada em 09 de outubro de 2013, a Companhia passará a estar sujeita à regulação do Banco Central do Brasil (BACEN), conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pela regulamentação editada pelo próprio Banco Central.

A Companhia está sujeita à autorização de funcionamento pelo Banco Central bem como ao cumprimento de regras, que abrangem gestão de risco, níveis mínimos de Patrimônio Líquido e outros requisitos semelhantes aos de uma Instituição Financeira. A Administração está tomando as providências necessárias e realizando adequações visando estar em plena conformidade com a recente regulamentação a partir da concessão da autorização pelo Banco Central.

A Sociedade já realizou o protocolo do pedido de autorização e aguarda manifestação do Banco Central.

3 Informações contábeis intermediárias consolidadas

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis intermediárias da Sociedade e de suas controladas. O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades. Nas informações contábeis intermediárias individuais da Sociedade, as informações financeiras das controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício são incluídos nas informações contábeis intermediárias consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição. O saldo do resultado é atribuído aos proprietários da Sociedade e às participações não controladoras mesmo se essas participações apresentarem resultado negativo.

Quando necessário, as informações contábeis intermediárias das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as Empresas do Grupo são eliminados integralmente nas informações contábeis intermediárias consolidadas.

Para as controladas, foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação dos acionistas não controladores.

As informações contábeis intermediárias consolidadas contemplam os saldos das contas da Sociedade (controladora), das controladas diretas Multidisplay, Servinet, Braspag e Cielo USA, das controladas indiretas Me-S e M4Produtos.

Aplicação de novas normas contábeis - “Joint Venture”

A adoção, a partir de 2013, das normas CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto em relação as “joint ventures” do Grupo, as quais possuem a nova definição de controle e as diretrizes adicionais de controle, resultaram na contabilização do investimento mantido pelo Grupo nas “joint ventures” Paggo, Orizon, Precisa (participação societária alienada em março de 2014), Guilher e Prevsáude, empresas controladas em conjunto, de acordo com a norma IAS 31 - “Interest in Joint Ventures”. Essas empresas controladas em conjunto são classificadas como “joint ventures” e registradas pelo método de equivalência patrimonial, resultando no registro da participação proporcional do Grupo nos ativos líquidos, no resultado e nos resultados abrangentes da Sociedade em uma única conta apresentada nas informações contábeis intermediárias consolidadas da posição financeira, bem como nas informações contábeis intermediárias consolidadas do resultado ou do resultado abrangente, como “Investimentos” e “Equivalência patrimonial”, respectivamente.

Reavaliação de política contábil - Reconhecimento da receita de comissão sobre vendas parceladas

No último trimestre de 2013, a Administração reavaliou algumas práticas contábeis e, após a implementação de projeto de desenvolvimento sistêmico, ajustou a política contábil de reconhecimento de receita proveniente de comissão de vendas parceladas. Portanto, a partir do referido trimestre, o reconhecimento da receita referente à comissão sobre as transações parceladas passou a ser efetuado no momento em que a transação comercial ocorre (“primeira parcela ou captura”), tendo em vista que a efetivação da transação e geração de receita é praticamente todo consumado neste momento, considerando ainda que, após a mudança na prática contábil, os custos atrelados à transação também foram reconhecidos na data da captura da transação.

A Administração acredita que a nova política contábil adotada para o reconhecimento de sua comissão sobre as transações parceladas trouxe maior transparência, maior aderência com a prática de mercado e, por consequência, maior facilidade na interpretação dos resultados por parte dos investidores e agentes de mercado.

Essa alteração de prática contábil foi registrada de acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Notas Explicativas

Estão sendo apresentadas a seguir as demonstrações financeiras referente ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis intermediárias referente ao balanço patrimonial de 30 de setembro de 2013, bem como as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o período findo em 30 de setembro de 2013.

Balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	31/12/2012 Reapresentado	31/12/2012 Publicado	Efeito de "joint ventures" (*)	Efeito de alteração de política contábil (**)	31/12/2012 Reapresentado
Ativo:							
Circulante	5.888.237	-	5.888.237	6.338.629	(40.146)	-	6.298.483
Não circulante	2.561.235	-	2.561.235	3.698.560	30.465	-	3.729.025
Total do ativo	<u>8.449.472</u>	<u>-</u>	<u>8.449.472</u>	<u>10.037.189</u>	<u>(9.681)</u>	<u>-</u>	<u>10.027.508</u>
Passivo e patrimônio líquido:							
Circulante	4.216.660	(127.054)	4.089.606	4.627.457	(8.513)	(127.054)	4.491.890
Não circulante	1.955.639	-	1.955.639	3.123.625	(1.168)	-	3.122.457
Patrimônio líquido	2.277.173	127.054	2.404.227	2.286.107	-	127.054	2.413.161
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>8.449.472</u>	<u>-</u>	<u>8.449.472</u>	<u>10.037.189</u>	<u>(9.681)</u>	<u>-</u>	<u>10.027.508</u>

Balanço patrimonial do período findo em 30 de setembro de 2013

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	30/09/2013 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	30/09/2013 Reapresentado	30/09/2013 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	30/09/2013 Reapresentado	
Ativo:							
Circulante	7.481.001	-	7.481.001	8.127.315	-	8.127.315	
Não circulante	2.822.908	-	2.822.908	4.018.473	-	4.018.473	
Total do ativo	<u>10.303.909</u>	<u>-</u>	<u>10.303.909</u>	<u>12.145.788</u>	<u>-</u>	<u>12.145.788</u>	
Passivo e patrimônio líquido:							
Circulante	5.182.101	(126.509)	5.055.592	5.755.959	(126.509)	5.629.450	
Não circulante	2.174.696	-	2.174.696	3.432.714	-	3.432.714	
Patrimônio líquido	2.947.112	126.509	3.073.621	2.957.115	126.509	3.083.624	
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>10.303.909</u>	<u>-</u>	<u>10.303.909</u>	<u>12.145.788</u>	<u>-</u>	<u>12.145.788</u>	

Notas Explicativas

Demonstração do resultado referente ao período findo em 30 de setembro de 2013

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	01/07/2013 a 30/09/2013 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	01/07/2013 a 30/09/2013 Reapresentado	01/07/2013 a 30/09/2013 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	01/07/2013 a 30/09/2013 Reapresentado
Resultado:						
Receita líquida	1.461.561	(1.398)	1.460.163	1.738.912	(1.398)	1.737.514
Lucro bruto	1.022.320	459	1.022.779	1.081.947	459	1.082.406
Lucro operacional antes do resultado financeiro	816.456	459	816.915	831.931	459	832.390
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	1.044.548	459	1.045.007	1.051.005	459	1.051.464
Lucro líquido do período	689.195	303	689.498	691.229	303	691.532

Controladora (BRGAAP) e Consolidado (IFRS e BRGAAP)

	01/07/2013 a 30/09/2013 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	Efeito da bonificação de 01/07/2013 a 30/09/2013 ações (Nota 20.b)	
			Reapresentado	Reapresentado
Lucro por ação:				
Lucro por ação (em R\$) - básico	0,87780	0,00039	(0,43848)	0,43971
Lucro por ação (em R\$) - diluído	0,87853	0,00039	(0,44063)	0,43829

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	01/01/2013 a 30/09/2013 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	01/01/2013 a 30/09/2013 Reapresentado	01/01/2013 a 30/09/2013 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	01/01/2013 a 30/09/2013 Reapresentado
Resultado:						
Receita líquida	4.142.772	(9.182)	4.133.590	4.889.972	(9.182)	4.880.790
Lucro bruto	2.914.049	(824)	2.913.225	3.059.102	(824)	3.058.278
Lucro operacional antes do resultado financeiro	2.334.926	(824)	2.334.102	2.372.074	(824)	2.371.250
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	2.949.080	(824)	2.948.256	2.962.813	(824)	2.961.989
Lucro líquido do período	1.953.406	(544)	1.952.862	1.958.431	(544)	1.957.887

Controladora (BRGAAP) e Consolidado (IFRS e BRGAAP)

	30/09/2013 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	Efeito da bonificação de ações (Nota 20.b)	
			Reapresentado	Reapresentado
Lucro por ação:				
Lucro por ação (em R\$) - básico	2,49092	(0,00069)	(1,24411)	1,24611
Lucro por ação (em R\$) - diluído	2,49077	(0,00069)	(1,24560)	1,24448

Notas Explicativas

Demonstração do fluxo de caixa do período findo em 30 de setembro de 2013

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado(IFRS e BR GAAP)			
	01/01/2013 a 30/09/2013 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	01/01/2013 a 30/09/2013 Reapresentado	01/01/2013 a 30/09/2013 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	01/01/2013 a 30/09/2013 Reapresentado
Resultado:						
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.949.080	(824)	2.948.256	2.962.813	(824)	2.961.989
Aumento nos passivos operacionais	(499.880)	824	(499.056)	(477.944)	824	(477.120)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.857.624		1.857.624	1.972.330		1.972.330
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(307.882)		(307.882)	(322.093)		(322.093)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.591.646)		(1.591.646)	(1.591.646)		(1.591.646)
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controlada no exterior	-	-	-	6.313	-	6.313
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(41.904)	-	(41.904)	64.904	-	64.904

(*) Efeito da consolidação proporcional das "joint ventures" Paggo, Orizon, Prevsaude e Precisa, ajustados para fins de comparação com as demonstrações financeiras consolidadas.

(**) Efeito de alteração de prática contábil referente ao reconhecimento da receita de comissão das vendas parceladas com cartões de crédito, ajustados para fins de comparação com as demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias da controladora e consolidadas.

3.1 Controladas diretas (controle individual) e indiretas

A lista a seguir apresenta as participações nas subsidiárias consolidadas:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Controladas diretas:				
Servinet	99,99	99,99	99,99	99,99
Cielo USA	100,00	100,00	100,00	100,00
Multidisplay	50,10	50,10	50,10	50,10
Braspag	99,99	99,99	99,99	99,99
Aliança*	99,99	-	99,99	-
Controladas indiretas:				
M4Produtos	50,10	50,10	50,10	50,10
Me-S	100,00	100,00	100,00	100,00

(*) A Aliança foi constituída no período e não realizou qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira até o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014.

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas diretas e indiretas em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 e as principais rubricas da demonstração do resultado dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013:

Notas Explicativas

	30/09/2014					
	Servinet	Multidisplay	M4 Produtos	Braspag	Me-S	Cielo USA
Ativo:						
Circulante	36.308	19.821	79.192	14.676	691.375	5.962
Não circulante	25.074	37.867	21.252	14.893	212.416	2.070.309
Total do ativo	61.382	57.688	100.444	29.569	903.791	2.076.271
Passivo e patrimônio líquido:						
Circulante	23.827	15.814	80.134	3.972	577.407	12.998
Não circulante	16.751	-	-	15	6.920	1.301.081
Patrimônio líquido	20.804	41.874	20.310	25.582	319.464	762.192
Total do passivo e patrimônio líquido	61.382	57.688	100.444	29.569	903.791	2.076.271
	31/12/2013					
	Servinet	Multidisplay	M4 Produtos	Braspag	Me-S	Cielo USA
Ativo:						
Circulante	32.737	12.327	62.959	11.400	391.152	2.466
Não circulante	46.593	37.865	16.290	14.972	213.137	1.999.866
Total do ativo	79.330	50.192	79.249	26.372	604.289	2.002.332
Passivo e patrimônio líquido:						
Circulante	23.559	9.598	58.621	3.842	321.729	3.556
Não circulante	33.397	-	-	16	7.654	1.268.411
Patrimônio líquido	22.374	40.594	20.628	22.514	274.906	730.365
Total do passivo e patrimônio líquido	79.330	50.192	79.249	26.372	604.289	2.002.332
	30/09/2014					
	Servinet	Multidisplay	M4 Produtos	Braspag	Me-S	Cielo USA
Resultado:						
Receita líquida	88.784	127.536	50.009	21.297	757.363	-
Lucro (prejuízo) bruto	87.044	6.533	28.187	11.271	213.627	(40.448)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	5.244	13.306	16.828	4.410	65.675	325
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	6.078	13.160	17.269	4.703	65.118	(27.054)
Lucro líquido do período	4.430	13.004	11.188	3.068	40.123	(2.021)

Notas Explicativas

	30/09/2013					
	Servinet	Multidisplay	M4 Produtos	Braspag	Me-S	Cielo USA
Resultado:						
Receita líquida	70.601	88.189	35.890	14.436	629.657	-
Lucro (prejuízo) bruto	68.632	4.876	19.366	9.674	170.479	(41.681)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	3.441	10.666	12.880	3.781	69.622	1.460
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	3.926	10.745	13.083	3.896	68.729	(21.944)
Lucro (prejuízo) líquido do período	2.620	10.000	8.729	2.473	43.142	2.693

3.2 Controladas em conjunto (“Joint ventures”)

As participações nas “joint ventures” incluem:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
“Joint ventures”:				
Orizon	40,95	40,95	40,95	40,95
Prevsáude	40,95	40,95	40,95	40,95
Precisa	-	40,95	-	40,95
Guilher	40,95	40,95	40,95	40,95
Paggo	50,00	50,00	50,00	50,00

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das “joint ventures” em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 e as principais rubricas da demonstração do resultado dos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013:

	30/09/2014			
	Orizon	Prevsáude	Paggo	Guilher
Ativo:				
Circulante	106.787	12.983	115	3.737
Não circulante	54.997	544	404	17
Total do ativo	161.784	13.527	519	3.754
Passivo e patrimônio líquido:				
Circulante	11.865	1.641	77	4.042
Não circulante	778	31	-	-
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	149.141	11.855	442	(288)
Total do passivo e patrimônio líquido	161.784	13.527	519	3.754

Notas Explicativas

	31/12/2013				
	Orizon	Precisa	Prevsáude	Paggo	Guilher
Ativo:					
Circulante	83.584	10.161	8.045	119	212
Não circulante	<u>57.953</u>	<u>1.134</u>	<u>598</u>	<u>446</u>	<u>16</u>
Total do ativo	<u>141.537</u>	<u>11.295</u>	<u>8.643</u>	<u>565</u>	<u>228</u>
Passivo e patrimônio líquido:					
Circulante	11.844	1.956	1.712	732	65
Não circulante	629	-	68	1.000	-
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	<u>129.064</u>	<u>9.339</u>	<u>6.863</u>	<u>(1.167)</u>	<u>163</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>141.537</u>	<u>11.295</u>	<u>8.643</u>	<u>565</u>	<u>228</u>
	30/09/2014				
	Orizon	Precisa	Prevsáude	Paggo	Guilher
Resultado:					
Receita líquida	78.326	-	8.893	-	449
Lucro (prejuízo) bruto	37.285	1.365	5.951	(344)	(325)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	18.288	2.778	5.782	(383)	(443)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>23.973</u>	<u>2.890</u>	<u>6.270</u>	<u>(391)</u>	<u>(451)</u>
Lucro (prejuízo) líquido do período	<u>20.077</u>	<u>2.747</u>	<u>4.992</u>	<u>(391)</u>	<u>(451)</u>
	30/09/2013				
	Orizon	Precisa	Prevsáude	Paggo	Guilher
Resultado:					
Receita líquida	65.498	44.633	8.780	23	-
Lucro (prejuízo) bruto	30.962	407	5.453	(4.145)	(144)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	11.263	(1.711)	3.956	(9.742)	(164)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>14.427</u>	<u>(2.214)</u>	<u>4.118</u>	<u>(9.672)</u>	<u>(164)</u>
Lucro (prejuízo) líquido do período	<u>10.916</u>	<u>(2.382)</u>	<u>2.835</u>	<u>(9.672)</u>	<u>(164)</u>

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Caixa e bancos:				
Moeda nacional	25.406	22.432	43.924	30.150
Moeda estrangeira	690	8.003	267.343	135.856
Aplicações financeiras:				
Debêntures compromissadas (a)	118.966	152.021	135.125	165.959
Certificados de Depósito Bancário - CDB (a)	38	72.923	15.685	89.331
“Money Market Deposit Account” - MMDA (b)	<u>749</u>	<u>1.766</u>	<u>749</u>	<u>1.766</u>
Total	<u>145.849</u>	<u>257.145</u>	<u>462.826</u>	<u>423.062</u>

Notas Explicativas

As aplicações financeiras têm as seguintes características:

- (a) Em 30 de setembro de 2014, as aplicações financeiras em debêntures compromissadas e CDB foram rentabilizadas, em média, a 101,84% (102,07% em 31 de dezembro de 2013), do Certificado de depósito interbancário.
- (b) Os recursos aplicados no exterior (Nova York - Estados Unidos da América) em MMDA são rentabilizados a uma taxa prefixada de 0,25% ao ano.

Os saldos da rubrica “Caixa e bancos” são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil e no exterior, substancialmente representados por montantes depositados pelas instituições financeiras emissoras de cartões de crédito e de débito, no caso da Sociedade, e por membros das associações de cartões, no caso da Me-S, sendo tais valores utilizados para a liquidação financeira das transações com os estabelecimentos comerciais.

As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem relevantemente dos valores contabilizados.

5 Contas a receber operacionais

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Antecipação de recebíveis (a)	8.245.107	8.272.708	8.245.107	8.272.708
Valores a receber de transações financeiras processadas (b)	-	-	311.208	173.502
Valores a receber de estabelecimentos comerciais (c)	-	-	104.738	86.446
Trava de domicílio bancário (d)	12.327	11.593	12.327	11.593
Serviço de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte (e)	7.292	6.142	7.292	6.142
Contas a receber de serviços de “mobile payment” (f)	-	-	70.325	59.682
Contestações de portadores de cartões de crédito - “chargeback” (g)	23.895	21.772	23.895	21.772
Outras contas a receber	2.479	2.392	6.900	6.664
Total	8.291.100	8.314.607	8.781.792	8.638.509

- (a) O saldo corresponde às operações de antecipação de recebíveis aos estabelecimentos comerciais referente a transações de cartões que serão recebidas dos bancos emissores de cartão em até 360 dias da data de antecipação aos estabelecimentos comerciais. Adicionalmente, em 30 de setembro de 2014, o referido montante está líquido do ajuste a valor presente referente à receita financeira recebida antecipadamente na data da liberação do numerário, no total de R\$261.372 (R\$225.507 em 31 de dezembro de 2013), uma vez que está relacionado à antecipação de recebíveis por vendas a crédito à vista e parcelado, cujo vencimento original ocorreria após as datas dos balanços.
- (b) Correspondem a saldos a receber registrados na controlada Me-S. São representados por valores devidos pelos membros das associações de cartões por transações processadas que foram autorizadas, mas ainda não recebidas pela Me-S até as datas dos balanços. Os valores a receber são normalmente recebidos no dia útil seguinte à data da captura das transações. As associações de cartões remetem à Me-S os valores devidos aos estabelecimentos comerciais para processamento líquido da taxa de intercâmbio retida pelos bancos emissores.
- (c) São representados pelo adiantamento das taxas de intercâmbio que a controlada Me-S realiza para os estabelecimentos comerciais durante o mês. Essas taxas de intercâmbio, bem como a comissão sobre os serviços prestados pela Me-S, são recebidas no início do mês subsequente àquele em que ocorreram as transações.
- (d) A Sociedade oferece aos bancos emissores o serviço de trava de domicílio bancário mediante autorização prévia do estabelecimento comercial para bloquear qualquer transferência de recebíveis desse estabelecimento para outro banco. Por esse serviço, a Sociedade recebe comissão, a qual é liquidada no mês subsequente à solicitação da trava de domicílio bancário pelos bancos emissores.

Notas Explicativas

- (e) Contas a receber da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS decorrentes da prestação de serviços de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte.
- (f) Contas a receber referentes a serviços de pagamentos eletrônicos realizados pelas controladas M4Produtos e Multidisplay através de aparelhos celulares e venda de créditos telefônicos com cartões de crédito e débito.
- (g) Correspondem substancialmente a saldos a receber de contestação de portadores de cartão de crédito (“chargeback”).

O saldo da rubrica “Contas a receber operacionais”, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
A vencer	8.267.205	8.292.835	8.757.897	8.616.737
Vencidos até 45 dias	23.895	21.772	23.895	21.772
Total	<u>8.291.100</u>	<u>8.314.607</u>	<u>8.781.792</u>	<u>8.638.509</u>

6 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Compõem-se como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo (a)	679.614	575.860	694.226	592.542
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo (b)	-	--	323.462	325.594

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

- (a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos - Ativo

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	387.449	342.773	393.145	354.122
Provisão para despesas diversas	202.199	155.191	211.115	160.524
Ajuste a valor presente do contas a receber de antecipação de recebíveis	88.867	76.672	88.867	76.672
Provisão para perdas com equipamentos POS	1.099	1.224	1.099	1.224
Total	<u>679.614</u>	<u>575.860</u>	<u>694.226</u>	<u>592.542</u>

Notas Explicativas

- (b) Composição do imposto de renda diferido - Passivo constituído em empresas no exterior

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2014	31/12/2013
Diferenças temporárias:		
Valor justo dos ativos intangíveis da Me-S, adquirida em 2012	316.543	317.939
Outras diferenças temporárias	6.919	7.655
Total	323.462	325.594

O imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo em 30 de setembro de 2014, conforme demonstrado no item 6 (a), foram constituídos sobre diferenças temporárias. Conforme melhor estimativa da Administração, os créditos tributários constituídos sobre provisão para despesas diversas, ajuste a valor presente do contas a receber de antecipação de recebíveis e provisão para perdas com equipamentos POS, no montante de R\$ 292.165 (R\$ 301.081 no consolidado) serão realizados nos próximos 12 meses. A parcela dos créditos tributários sobre provisões para riscos, no montante de R\$ 387.449 (R\$ 393.145 no consolidado), serão realizadas quando do desfecho de cada ação, conforme andamento processual descrito na nota explicativa nº 18. Nesse momento, não é praticável estimar quando ocorrerá o desfecho de cada ação.

7 Investimentos

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Em controladas	837.760	803.793	-	-
Em controladas em conjunto	55.414	46.388	55.414	46.388
Total	893.174	850.181	55.414	46.388

As principais informações sobre as controladas diretas, indiretas e controladas em conjunto (“*joint ventures*”) referente ao valor de investimento e o resultado de equivalência patrimonial registrados nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão demonstradas no quadro abaixo.

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) Ajustado		Lucro (prejuízo) do período de nove meses		Participação - %		Resultado de equivalência Patrimonial do período de nove meses		Investimentos	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	31/12/2013
Controladas:										
Servinet	20.804	22.374	4.430	2.620	99,99	99,99	4.430	2.620	20.804	22.374
Multidisplay	58.245	56.966	13.004	10.000	50,10	50,10	6.515	5.010	29.182	28.540
Braspag	25.582	22.514	3.068	2.473	99,99	99,99	3.068	2.473	25.582	22.514
Cielo USA	762.192	730.365	(2.021)	2.693	100,00	100,00	(2.021)	2.693	762.192	730.365
Total controladas							11.992	12.796	837.760	803.793
Controladas em conjunto:										
Orizon (a)	149.141	129.064	20.077	10.916	40,95	40,95	8.222	4.470	55.193	46.972
Paggo (b)	442	(1.167)	(391)	(9.672)	50,00	50,00	(196)	(4.836)	221	(584)
Total controladas em conjunto (Consolidado)							8.026	(366)	55.414	46.388
Total (Controladora)							20.018	12.430	893.174	850.181

Notas Explicativas

Principais informações financeiras referente as controladas de forma indireta e controladas em conjunto de forma indireta.

	Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)		Lucro (prejuízo) do período		Participação - %	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	31/12/2013
Prevsáude	11.855	6.863	4.992	2.835	40,95	40,95
Precisa (c)	-	9.339	2.747	(2.382)	-	40,95
Guilher	(288)	163	(451)	(164)	40,95	40,95
M4Produtos	20.310	20.628	11.188	8.729	50,10	50,10
Me-S	319.464	274.906	40.123	43.142	100,00	100,00

- (a) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua então controlada Orizon.
- (b) O investimento reconhecido pela Cielo contempla ajustes realizados no balanço de abertura da controlada Paggo em decorrência da aplicação dos procedimentos de alocação do preço de compra, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de Negócios, substancialmente representado pela provisão para perdas na plataforma de softwares, conforme descrito na nota explicativa nº 9.
- (c) Em 20 de março de 2014, houve a alienação integral da controlada em conjunto Precisa para outro grupo econômico.

Na consolidação das informações contábeis intermediárias das controladas diretas Multidisplay e Braspag, bem como as controladas indiretas M4Produtos e Me-S, foram utilizadas as informações contábeis intermediárias de 31 de agosto de 2014 para efeito de cálculo dos investimentos em 30 de setembro de 2014. Dessa forma, os resultados da equivalência patrimonial referem-se ao período findo em 31 de agosto de 2014.

A movimentação dos investimentos nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	738.041	42.977
Aumento de capital:		
Paggo	5.500	5.500
Variação cambial sobre investimento no exterior	58.181	-
Dividendos recebidos:		
Multidisplay	(4.007)	-
Equivalência patrimonial	12.430	(366)
Saldo em 30 de setembro de 2013	<u>810.145</u>	<u>48.111</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	850.181	46.388
Aumento de capital:		
Paggo	1.000	1.000
Variação cambial sobre investimento no exterior	33.849	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos:		
Multidisplay	(5.874)	-
Servinet	(6.000)	-
Equivalência patrimonial	20.018	8.026
Saldo em 30 de setembro de 2014	<u>893.174</u>	<u>55.414</u>

Notas Explicativas

8 Imobilizado

Controladora (BR GAAP)					
30/09/2014					
31/12/2013					
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos POS (*)	33	1.416.721	(914.283)	502.438	442.132
Equipamentos de processamento de dados	20	99.334	(43.961)	55.373	43.033
Máquinas e equipamentos	10	40.479	(39.302)	1.177	1.039
Instalações	10	16.120	(9.294)	6.826	6.617
Móveis e utensílios	10	7.109	(4.266)	2.843	3.081
Veículos	20	1.949	(1.039)	910	1.147
Total		1.581.712	(1.012.145)	569.567	497.049

Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
30/09/2014					
31/12/2013					
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos POS (*)	33	1.417.472	(914.844)	502.628	442.437
Equipamentos de processamento de dados	20	120.516	(54.937)	65.579	52.330
Máquinas e equipamentos	10	49.002	(45.729)	3.273	2.849
Instalações	10	29.970	(16.028)	13.942	12.425
Móveis e utensílios	10	10.026	(6.032)	3.994	4.140
Veículos	20	2.046	(1.040)	1.006	1.147
Total		1.629.032	(1.038.610)	590.422	515.328

A movimentação do imobilizado nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013 é como segue:

Controladora (BR GAAP)					
	31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciações	30/09/2014
Equipamentos POS (*)	442.132	299.799	(18.284)	(221.209)	502.438
Equipamentos de processamento de dados	43.033	21.931	-	(9.591)	55.373
Máquinas e equipamentos	1.039	513	-	(375)	1.177
Instalações	6.617	924	-	(715)	6.826
Móveis e utensílios	3.081	196	-	(434)	2.843
Veículos	1.147	192	(183)	(246)	910
Total	497.049	323.555	(18.467)	(232.570)	569.567

Notas Explicativas**Consolidado (IFRS e BR GAAP)**

	31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciações	Variação cambial	30/09/2014
Equipamentos POS (*)	442.437	299.801	(18.337)	(221.270)	(3)	502.628
Equipamentos de processamento de dados	52.330	24.543	-	(11.197)	(97)	65.579
Máquinas e equipamentos	2.849	1.186	-	(716)	(46)	3.273
Instalações	12.425	2.827	-	(1.310)	-	13.942
Móveis e utensílios	4.140	443	(16)	(573)	-	3.994
Veículos	1.147	290	(183)	(248)	-	1.006
Total	515.328	329.090	(18.536)	(235.314)	(146)	590.422

(*) Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, está contabilizada provisão para perda do valor recuperável de POS, nos montantes de R\$ 3.232 e R\$3.599, respectivamente, como redutora do saldo da respectiva rubrica.

Controladora (BR GAAP)

	31/12/2012	Adições	Baixas	Depreciações	30/09/2013
Equipamentos POS (**)	452.617	224.798	(19.970)	(208.874)	448.571
Equipamentos de processamento de dados	21.864	28.367	-	(5.201)	45.030
Máquinas e equipamentos	1.427	69	-	(448)	1.048
Instalações	5.470	1.821	-	(633)	6.658
Móveis e utensílios	3.545	41	(8)	(467)	3.111
Veículos	1.378	359	-	(400)	1.337
Total	486.301	255.455	(19.978)	(216.023)	505.755

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	31/12/2012	Adições	Baixas	Variação Cambial	Depreciações	30/09/2013
Equipamentos POS (**)	452.749	224.821	(20.007)	29	(208.781)	448.811
Equipamentos de processamento de dados	25.909	31.847	(302)	113	(6.204)	51.363
Máquinas e equipamentos	1.903	1.405	(127)	206	(848)	2.539
Instalações	11.918	4.709	(2.719)	-	(1.371)	12.537
Móveis e utensílios	5.350	211	(717)	13	(712)	4.145
Veículos	1.377	360	-	-	(400)	1.337
Total	499.206	263.353	(23.872)	361	(218.316)	520.732

(**) Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, está contabilizada provisão para perda do valor recuperável de POS, nos montantes de R\$ 4.069 e R\$3.223, respectivamente, como redutora do saldo da respectiva rubrica.

Em 30 de setembro de 2014 e de 2013, a Sociedade possui contratos de empréstimos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (FINAME) para aquisição de novos equipamentos POS, conforme descrito na nota explicativa nº 14.(a).

Notas Explicativas

9 Ágio na aquisição de investimentos

A composição analítica dos ágios em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 está apresentada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Multidisplay:				
Ágio na aquisição de controlada	20.690	20.690	20.690	20.690
Reclassificação de benefício fiscal de ágio incorporado pela Multidisplay	-	-	10.658	10.658
Braspag:				
Ágio na aquisição de controlada	25.966	25.966	25.966	25.966
Reclassificação de benefício fiscal de ágio incorporado pela Braspag	-	-	13.377	13.377
Projeto Saúde (“Orizon”)	10.143	10.143	10.143	10.143
Me-S	-	-	961.423	918.891
Total	56.799	56.799	1.042.257	999.725

A movimentação do saldo de ágio nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	87.278	936.116
Ajuste de aquisição (a)	-	(14.411)
Perda no valor recuperável - ágio	(30.479)	(30.479)
Variação cambial	-	73.853
Saldo em 30 de setembro de 2013	56.799	965.079
Saldo em 31 de dezembro de 2013	56.799	999.725
Variação cambial	-	42.532
Saldo em 30 de setembro de 2014	56.799	1.042.257

(a) Referem-se a ajustes no preço de compra da participação, como seguem:

- Em novembro de 2012, a Me-S foi autuada pelo Estado de Washington em relação a divergências de interpretação em relação à base de cálculo para apuração de impostos sobre as receitas auferidas no período de 2006 a 2009. O valor de R\$8.189, pago pela Me-S, foi devolvido pelos vendedores a Cielo USA em janeiro de 2013, sendo o referido montante registrado como redutora do ágio.
- Em dezembro de 2012, a Me-S identificou créditos tributários no valor de R\$6.222 no balanço de abertura datado de 31 de agosto de 2012 aumentando o seu patrimônio líquido naquela data. Da mesma forma, a Cielo USA registrou referido montante como redutora do ágio e, conseqüentemente, um aumento no investimento na data da aquisição.

Notas Explicativas

Projeto Saúde (“Orizon”)

Em janeiro de 2008, a CBGS subscreveu em favor da controladora CBGS Ltda. 693.480 novas ações ordinárias, sem valor nominal, pelo montante de R\$139.045, representando o valor justo na data. Como parte do pagamento, a CBGS Ltda. entregou a totalidade das ações representativas do capital social da Polimed Ltda. e Dativa Conectividade em Saúde Ltda. (“Dativa”) pelo montante de R\$71.691, transferindo os ágios na aquisição dessas controladas, nos montantes de R\$47.145 e R\$9.108, respectivamente, líquidos da amortização registrada até a data da transação.

Adicionalmente, em decorrência da parcela integralizada em dinheiro, a CBGS Ltda. gerou ágio de R\$16.764, líquido da provisão para perdas e da amortização registrada até 31 de dezembro de 2008.

Os ágios gerados no processo de subscrição do capital da CBGS Ltda. estão apresentados a seguir:

	Ágio	Participação %	Líquido
Ágio registrado na CBGS Ltda., decorrente da compra de participação de 40,95% do capital social da CBGS	55.880	99,99	55.880
Provisão para perda de valor recuperável	<u>(39.116)</u>	99,99	<u>(39.116)</u>
	16.764		16.764
Ágio registrado na controlada em conjunto CBGS:			
Orizon	47.145	40,95	19.306
Dativa	<u>9.108</u>	40,95	<u>3.731</u>
Ágio inicialmente registrado	<u>73.017</u>		39.801
Efeito de benefício fiscal de ágio incorporado pela Orizon			<u>(13.532)</u>
Ágio inicialmente registrado			<u>26.269</u>
(-) Provisão para perda no valor recuperável			<u>(16.126)</u>
Ágio líquido da provisão para perda no valor recuperável			<u>10.143</u>

Aquisição de controle - Multidisplay

Em agosto de 2010, a Sociedade adquiriu, através da controlada direta Servrede, 50,1% das ações representativas do capital social da Multidisplay e da sua controlada integral M4Produtos, que juntas formam a M4U, empresa brasileira pioneira e líder no desenvolvimento de plataformas tecnológicas, tanto para recarga de celulares como para pagamentos móveis. O ágio, conforme o pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de Negócios, foi mensurado como o valor em que a soma: (a) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; e (b) do valor das participações de acionistas não controladores na adquirida excedeu o valor líquido (na data de aquisição) dos ativos identificáveis adquiridos.

A aquisição de 50,1% do capital social da M4U deu-se pelo valor de R\$50.650.

O valor do investimento registrado contabilmente até então pela Servrede, incluía ágio na aquisição da controlada no montante de R\$31.348, gerado conforme segue:

Notas Explicativas

Ativos Líquidos adquiridos	2.300
Valor justo dos ativos adquiridos (*)	<u>17.002</u>
Ativos Líquidos adquiridos - Valor justo	19.302
(-) Preço total de compra considerado	<u>50.650</u>
Ágio inicialmente registrado	<u><u>31.348</u></u>

- (*) O valor justo dos contratos de prestação de serviços, da plataforma de softwares e das cláusulas de não competição (ativos adquiridos identificáveis) da M4U, em agosto de 2010, foi reconhecido com base em laudo elaborado por avaliadores independentes.

No processo de reestruturação societária ocorrido em 2012, a Servrede foi incorporada pela sua então controlada Multidisplay. O benefício fiscal sobre o valor do ágio em R\$10.658 foi incorporado pela Multidisplay e o valor remanescente do ágio, em R\$20.690, foi reconstituído na Sociedade conforme previsto na Instrução CVM nº 319/99 e nº349/01.

Aquisição de participação - Paggo

Em setembro de 2010, a Sociedade, a Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”) e a Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamento Ltda. (“Paggo Acquirer”, sociedade controlada pela TNL) celebraram um Acordo de Investimento, com o objetivo de regular a participação da Paggo Acquirer e da Sociedade (através de sua então controlada CieloPar) em uma nova sociedade denominada Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. Com essa ação, a Sociedade buscou ampliar sua gama de produtos, alinhada com sua estratégia para o setor de “mobile payment”.

A Paggo Acquirer e a Sociedade detêm, cada uma, 50% do capital social da Paggo. A aquisição da participação na Paggo deu-se em 28 de fevereiro de 2011, pelo valor de R\$47.000, pago integralmente na data da aquisição.

O valor do investimento registrado contabilmente pela Cielo possui ágio na aquisição das ações no montante de R\$46.979, gerado conforme segue:

Ativos Líquidos adquiridos	52.224
Ajuste no valor justo dos ativos adquiridos (*)	<u>(52.203)</u>
Ativos Líquidos adquiridos - Valor justo	21
(-) Preço total de compra considerado	<u>47.000</u>
Ágio inicialmente registrado	<u>46.979</u>
(-) Provisão para perda no valor recuperável	<u>(46.979)</u>
Ágio líquido da provisão para perda no valor recuperável	<u><u>-</u></u>

- (*) Corresponde substancialmente à provisão para perdas do direito de uso de softwares registrada na controlada em conjunto Paggo no balanço patrimonial em 28 de fevereiro de 2011, data do registro dos efeitos da alocação do ágio na aquisição do controle compartilhado. Os ajustes relacionados à alocação do preço de compra foram reconhecidos retroativamente sobre os valores registrados quando da aquisição, como se a combinação de negócios tivesse sido completada naquela data.

Aquisição do controle - Braspag

Em maio de 2011, através da até então controlada direta CieloPar, a Sociedade adquiriu 100% das ações do capital social da Braspag, líder em soluções para meios de pagamento eletrônicos no Brasil. A aquisição da totalidade das cotas do capital social da Braspag deu-se pelo valor de R\$40.000.

Notas Explicativas

O valor do investimento registrado contabilmente até então pela CieloPar, incluía ágio na aquisição das ações no montante de R\$39.343, gerado conforme segue:

Ativos líquidos adquiridos	1.624
Valor justo dos passivos líquidos adquiridos (*)	(967)
Ativos líquidos adquiridos - valor justo	657
(-) Preço total de compra considerado	40.000
Ágio inicialmente registrado	39.343

- (*) De acordo com o laudo de avaliação utilizado como base para a alocação do preço de compra da Braspag, elaborado por avaliadores independentes, e considerando as características da empresa adquirida, os ativos intangíveis identificados foram a plataforma de softwares e a carteira de clientes no valor total de R\$4.638. Em contrapartida, foi registrada a provisão para prováveis perdas com riscos tributários e previdenciários na Braspag de R\$5.605.

No processo de reestruturação societária ocorrido em 2012, a Cielopar foi incorporada pela sua então controlada Braspag. O benefício fiscal sobre o valor do ágio em R\$13.377 foi incorporado pela Braspag e o valor remanescente do ágio, em R\$25.966, foi reconstituído na Sociedade conforme previsto na Instrução CVM nº 319/99 e nº349/01.

Aquisição do controle - Me-S

Em agosto de 2012, a Sociedade concluiu a aquisição, através de sua controlada direta Cielo USA, de 100% das ações do capital social da Me-S, empresa norte-americana com sede na cidade de Redwood City - Califórnia.

As demonstrações financeiras da Me-S foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP") e foram originalmente preparadas em dólares norte-americanos. Na data da aquisição não existiam ajustes relevantes para a harmonização das U.S. GAAP às práticas contábeis adotadas no Brasil e às IFRSs.

A Cielo USA, com base em relatório de estudo de alocação de preço de compra ("PPA"), elaborado por empresa contratada, especializada e independente, efetuou a alocação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Me-S; portanto, o balanço patrimonial, em reais, em 31 de agosto de 2012, considerado como balanço de abertura, é apresentado como segue:

	Valor de livros	Ajustes de aquisição	Valor justo na aquisição
Ativos (passivos) líquidos adquiridos:			
Caixa e equivalentes de caixa	93.500	-	93.500
Outros ativos (a)	22.194	6.222	28.416
Imobilizado	1.949	-	1.949
Ágio	67.709	(67.709)	-
Ativo intangível (b)	107.734	821.338	929.072
Imposto de renda diferido - Passivo sobre o valor justo dos ativos intangíveis (c)	-	(304.254)	(304.254)
Contas a pagar a estabelecimentos	(87.916)	-	(87.916)
Outras obrigações (d)	(25.072)	(8.114)	(33.186)
Total	<u>180.098</u>	<u>447.483</u>	<u>627.581</u>

- (a) Na data da aquisição foram identificados e registrados benefícios fiscais no valor de R\$6.222.

Notas Explicativas

- (b) Refere-se à alocação nos ajustes a valor justo dos seguintes intangíveis: (i) plataforma de software de R\$223.300; (ii) relacionamento com clientes de R\$512.778; (iii) acordos de não competição com vendedores de carteiras de clientes de R\$71.862; (iv) outros intangíveis de R\$ 13.398, totalizando R\$821.338.
- (c) Para fins de contabilização da aquisição efetuada e atendendo à legislação tributária norte-americana, o valor justo da aquisição dos investimentos alocado no ativo intangível não é dedutível para fins de apuração de imposto de renda nos Estados Unidos da América. Sendo assim, foi constituída provisão para imposto de renda diferido. Esses valores diferidos são amortizados para o resultado proporcionalmente ao montante de amortizações dos intangíveis efetuadas no período.
- (d) Na data da aquisição foi identificada e registrada provisão para prováveis perdas com contingências tributárias no valor de R\$8.114.

O valor do investimento registrado contabilmente pela Cielo USA inclui ágio na aquisição das ações no montante de R\$818.875, gerado conforme segue:

Ativos líquidos adquiridos	180.098
Valor justo dos ativos e passivos líquidos adquiridos	<u>447.483</u>
Ativos líquidos adquiridos - Valor justo	627.581
Preço de compra considerado:	
Aquisição do controle da Me-S	1.365.256
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	<u>81.200</u>
Ágio inicialmente registrado	<u><u>818.875</u></u>

10 Outros intangíveis

Controladora (BR GAAP)					
30/09/2014					
31/12/2013					
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	20	196.583	(113.437)	83.146	53.080
Desenvolvimento de projetos	20	25.054	(14.862)	10.192	11.476
Relacionamento com clientes	10	953	(624)	329	365
Acordo de não competição	7,5	10.283	(5.777)	4.506	5.546
Contratos de serviços	20	11.994	(11.094)	900	3.598
Total		<u>244.867</u>	<u>(145.794)</u>	<u>99.073</u>	<u>74.065</u>
Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
30/09/2014					
31/12/2013					
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software (a)	6,66 - 20	527.257	(173.424)	353.833	319.939
Desenvolvimento de projetos (b)	20	199.587	(133.704)	65.883	70.708
Relacionamento com clientes (c)	4 - 20	620.340	(54.354)	565.986	559.504
Acordo de não competição (d)	7,5 - 50	148.853	(56.156)	92.697	102.078
Contratos de serviços (e)	8 - 20	33.129	(13.456)	19.673	23.568
Marcas (f)	10	7.105	(1.480)	5.625	5.886
Total		<u>1.536.271</u>	<u>(432.574)</u>	<u>1.103.697</u>	<u>1.081.683</u>

- (a) Software - refere-se a softwares adquiridos de terceiros e utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações comerciais de clientes. Adicionalmente, em 2012, quando da aquisição de 100% do capital social da Me-S, foi reconhecido o ajuste do valor justo da plataforma de softwares na Cielo USA, no montante de R\$223.300 (equivalente a US\$110.000 mil). Para avaliar o valor justo da plataforma de softwares, a empresa

Notas Explicativas

especializada que emitiu o laudo utilizou como critério de valorização a média dos valores obtidos com as metodologias “Relief-from-Royalty” (a um “royalty fee” de 16%) e “Cost Approach - Third-party Cost Estimates”. A vida útil definida para essa plataforma de softwares é de 15 anos.

- (b) Desenvolvimento de projetos - refere-se a gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços que visam incrementar o faturamento e a receita da Sociedade e de suas controladas.

Existem outros intangíveis gerados pela alocação do preço pago na aquisição do controle da M4U, da Braspag e da Me-S, em agosto de 2010, maio de 2011 e agosto de 2012, respectivamente. Esses intangíveis foram contabilizados com base em laudos elaborados por empresas independentes especializadas naquelas datas, e os critérios para determinação desses ativos intangíveis estão descritos a seguir:

- (c) Relacionamento com clientes:
- **Braspag** - O principal componente do ativo intangível é a carteira de clientes, que foi avaliada pela metodologia “Income Approach”, considerando o saldo de clientes ativos e o respectivo “churn rate”, utilizando-se de uma vida útil estimada de 120 meses.
 - **Me-S** - A carteira de clientes da Me-S foi classificada em três principais grupos: “e-commerce”, “bank customer” e “B2B/Outros”. Cada carteira foi avaliada separadamente, pela metodologia “Excess Earnings”, respeitando-se suas características específicas e individuais. Como taxa de desconto, foi utilizada a de 10% ao ano para as carteiras “e-commerce” e “bank customer” e 11% para “B2B/Outros”. A estimativa da vida útil de 144 meses foi baseada nos anos em que cada carteira atinge aproximadamente 80% e 90% do valor do fluxo de caixa descontado acumulado, tendo sido adotado um intervalo entre o menor valor e o maior valor apurado.
- (d) Acordo de não competição:
- **Multidisplay e M4U** - O valor do acordo de não competição foi calculado pela metodologia “Income Approach”, utilizando uma taxa de desconto de 17,5% ao ano, perpetuidade de 4% ao ano e vida útil estimada de 89 meses.
 - **Me-S** - Com relação ao acordo de não competição, a Me-S firmou contrato com a Synovus Financial Corporation que prevê a não concorrência na carteira adquirida da Columbus Bank and Trust Company (“CB&T”), tampouco nos novos clientes adquiridos por meio da CB&T em virtude de Acordo de Recomendação. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia “Fluxo de Caixa Descontado”, e sua vida útil de 96 meses teve como base a data de término do contrato.

Adicionalmente, a Cielo USA firmou acordo de não competição com aproximadamente dez funcionários, com vencimento em 18 meses após o evento que ocorrer por último entre o encerramento da transação e a quebra do vínculo empregatício. O valor justo desse acordo foi estimado pela metodologia “Fluxo de Caixa Descontado”, e sua vida útil teve como base a data do término do acordo.

- (e) Contratos de serviços:
- **Multidisplay e M4U** - Os quatro contratos de serviços com operadoras de telecomunicações foram avaliados de acordo com o fluxo de caixa descontado de cada contrato, utilizando uma taxa de desconto de 16,5% ao ano, durante a vida útil residual de cada contrato, de aproximadamente 53 meses.
 - **Me-S** - Com relação a contratos de serviços, a Me-S, quando da aquisição da carteira de clientes da CB&T, firmou contrato segundo o qual teria preferência na indicação de novos clientes. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia “Excess Earnings”, e sua vida útil teve como base a data do término do contrato, ou seja, 2020.
- (f) Marca - avaliada pela metodologia “Relief-from-Royalty”, tendo como premissa a taxa de “royalty” de 0,3% baseada em parâmetros obtidos da “Royalty Source Intellectual Property Database”, e uma taxa de desconto de 10%.

Notas Explicativas

A movimentação do intangível nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013 é como segue:

Controladora (BR GAAP)				
	31/12/2013	Adições	Amortizações	30/09/2014
Software	53.080	43.696	(13.630)	83.146
Desenvolvimento de projetos	11.476	-	(1.284)	10.192
Relacionamento com clientes	365	-	(36)	329
Acordo de não competição	5.546	-	(1.040)	4.506
Contratos de serviços	3.598	-	(2.698)	900
Total	74.065	43.696	(18.688)	99.073

Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
	31/12/2013	Adições	Baixas	Amortizações	Variação cambial	30/09/2014
Software	319.939	57.464	(3.004)	(31.305)	10.738	353.832
Desenvolvimento de projetos	70.708	5.859	(1.872)	(11.122)	2.310	65.883
Relacionamento com clientes	559.504	-	-	(18.105)	24.587	565.986
Acordo de não competição	102.078	-	(697)	(13.399)	4.715	92.697
Contratos de serviços	23.568	199	(902)	(3.491)	300	19.674
Marcas	5.886	-	-	(498)	237	5.625
Total	1.081.683	63.522	(6.475)	(77.920)	42.887	1.103.697

Controladora (BR GAAP)				
	31/12/2012	Adições	Amortizações	30/09/2013
Software	35.042	17.544	(8.484)	44.102
Desenvolvimento de projetos	14.473	-	(2.246)	12.227
Relacionamento com clientes	412	-	(35)	377
Acordo de não competição	7.006	-	(1.113)	5.893
Contratos de serviços	6.957	-	(2.501)	4.456
Total	63.890	17.544	(14.379)	67.055

Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
	31/12/2012	Adições	Baixas	Amortizações	Variação cambial	30/09/2013
Software	282.407	25.255	(175)	(24.922)	20.668	303.233
Desenvolvimento de projetos	73.627	2.644	(609)	(12.031)	4.567	68.198
Relacionamento com clientes	511.489	-	-	(18.656)	45.687	538.520
Acordo de não competição	105.661	140	-	(13.554)	9.331	101.578
Contratos de serviços	27.028	-	-	(3.320)	629	24.337
Marcas	5.776	-	-	(513)	502	5.765
Total	1.005.988	28.039	(784)	(72.996)	81.384	1.041.631

As despesas com amortização de intangível foram registradas nas rubricas “Despesas gerais e administrativas” e “Custo dos serviços prestados” na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

11 Transações pendentes de repasse

Os valores devidos pelos portadores de cartões de crédito por intermédio dos bancos emissores e os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados em contas de compensação.

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os saldos correspondentes de repasses são:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2014	31/12/2013
Saldos a pagar a estabelecimentos comerciais	54.306.418	55.727.256
Saldos a receber de bancos emissores	(53.590.145)	(54.888.768)
Total de transações pendentes de repasse	<u>716.273</u>	<u>838.488</u>

Adicionalmente à prestação de serviços de repasse dos montantes transacionados nos cartões de crédito e débito entre os bancos emissores e os estabelecimentos comerciais, a Sociedade também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão de qualquer forma os repasses das transações de cartões de crédito. Conforme descrito na nota explicativa nº25.c), a Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos emissores dos cartões, com o intuito de proteger-se quanto a eventual risco de “default” dessas instituições. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Sociedade em virtude de inadimplência dos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições, a Sociedade estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

12 Contas a pagar a estabelecimentos

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Transações pendentes de repasse (a)	716.273	838.488	716.273	838.488
Valores a liquidar a estabelecimentos comerciais (b)		-	428.913	192.826
Cauções de clientes (c)		-	97.801	91.161
Total	<u>716.273</u>	<u>838.488</u>	<u>1.242.987</u>	<u>1.122.475</u>

- (a) Transações pendentes de repasse - As transações pendentes de repasse correspondem à diferença entre os valores recebidos dos emissores de cartão referentes às transações feitas pelos portadores de cartões e os montantes a serem repassados aos estabelecimentos comerciais. O prazo de liquidação dos emissores de cartão de crédito para a Sociedade, de forma geral, é de 28 dias e o prazo médio de liquidação da Sociedade com os estabelecimentos comerciais é de aproximadamente 30 dias. Portanto, esse saldo a pagar em 30 de setembro de 2014 e de 31 de dezembro 2013 corresponde ao “float” de aproximadamente dois dias.
- (b) Valores a liquidar a estabelecimentos comerciais - Representados por valores devidos pela controlada Me-S a seus estabelecimentos comerciais, referentes a transações capturadas e processadas até as datas dos balanços. Tais valores são liquidados no dia útil seguinte à captura das transações.

Notas Explicativas

- (c) Cauções de clientes - A controlada Me-S requer depósitos como garantia de clientes para fazer frente a potenciais riscos de reclamação por parte dos portadores de cartões em decorrência de fraude na transação ou falência do estabelecimento comercial.

13 Antecipação de Recebíveis com Emissores

A Sociedade efetua antecipação de valores a serem recebidos dos bancos emissores referentes às transações feitas pelos portadores de cartões, que serão repassados aos estabelecimentos comerciais no prazo de liquidação acordado. Essas antecipações possuem prazo médio de 10 dias úteis e a taxa média ponderada de encargos financeiros praticada em 30 de setembro de 2014 é de 102,29% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário (103,37% do CDI em 31 de dezembro de 2013).

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, na controladora e no consolidado, os saldos correspondentes de antecipação de recebíveis com bancos emissores são de R\$ 3.362.865 e de R\$ 3.282.460, respectivamente.

14 Empréstimos e financiamentos

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
FINAME (a)	353.507	449.911	353.507	449.911
Financiamentos de longo prazo - “ten years bonds” (b)	1.157.667	1.094.730	2.155.202	2.038.574
Total	1.511.174	1.544.641	2.508.709	2.488.485
Circulante	229.421	269.555	242.418	273.110
Não circulante	1.281.753	1.275.086	2.266.291	2.215.375
Total	1.511.174	1.544.641	2.508.709	2.488.485

a. Finame

A taxa média ponderada de encargos financeiros é de 4,59% ao ano em 30 de setembro de 2014 (5,08% ao ano em 31 de dezembro de 2013).

A Sociedade é beneficiária de uma linha de crédito com o BNDES relativa a operações de repasse de FINAME, um empréstimo destinado a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, concedido pelo BNDES. O referido repasse ocorre por meio da concessão de crédito à Sociedade, gerando direitos de recebimento por parte da instituição financeira credenciada como agente financeiro, que contratam com a Sociedade as referidas operações de financiamento.

Os contratos firmados têm como garantia a transferência da propriedade fiduciária dos bens adquiridos através de FINAME.

b. Financiamentos de longo prazo - “ten years bonds”

Em novembro de 2012, a Sociedade e a controlada Cielo USA concluíram a operação financeira de emissão de “bonds” no valor total de US\$875 milhões, sendo US\$470 milhões emitidos pela Sociedade e US\$405 milhões emitidos pela controlada Cielo USA. O montante captado pela Cielo USA foi utilizado para pagamento da aquisição do controle acionário da Me-S. Com relação à Sociedade, tais recursos foram utilizados para o fomento de capital de giro.

Notas Explicativas

O financiamento foi captado com juros de 3,75% ao ano. Os juros são pagos semestralmente e o principal em novembro de 2022.

Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão desses “bonds” (bancos, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado.

Não há cláusulas de “covenants” financeiros em relação à operação financeira de emissão de “bonds”.

A mutação dos empréstimos e financiamentos para os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.290.267	2.114.138
Novas captações - FINAME	225.146	225.146
Pagamento de principal	(145.416)	(145.416)
Variação cambial (principal e juros)	86.854	161.612
Juros provisionados e encargos apropriados	48.570	71.974
Juros pagos	(37.317)	(52.609)
	<hr/>	<hr/>
Saldo em 30 de setembro de 2013	1.468.104	2.374.845
	<hr/>	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.544.641	2.488.485
Novas captações	115.865	115.865
Pagamento de principal	(211.999)	(211.999)
Variação cambial (principal e juros)	51.698	95.460
Juros provisionados e encargos apropriados	45.410	72.139
Juros pagos	(34.441)	(51.241)
	<hr/>	<hr/>
Saldo em 30 de setembro de 2014	1.511.174	2.508.709
	<hr/>	<hr/>

Hedge Accounting

O Grupo designou a captação de recursos de terceiros, através da emissão dos “bonds” como instrumento financeiro de “hedge” para riscos relacionados à moeda estrangeira, como “hedge de investimentos líquidos em operações no exterior”.

Na data da captação dos recursos financeiros relacionados à emissão dos “bonds”, a Sociedade documentou a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto da proteção demonstrando seus objetivos e as estratégias de gestão de risco. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Sociedade documenta se o instrumento de “hedge” usado em uma relação de “hedge” é efetivo na compensação das mudanças de valor justo.

Para os “hedges” de investimentos líquidos em operações no exterior, os ganhos ou as perdas relativos à parcela efetiva do instrumento de “hedge” são reconhecidos em “Resultados abrangentes” e acumulados na rubrica “Variação cambial de empréstimo no exterior”. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte não efetiva, se existirem, são reconhecidos imediatamente no resultado do período.

Os ganhos e as perdas do instrumento de “hedge” relativo à parcela efetiva acumulada na

Notas Explicativas

reserva de conversão de moeda estrangeira serão reclassificados para o resultado quando da alienação do investimento no exterior.

A Sociedade prevê a necessidade de renovação ou de contratação de nova operação no caso em que o instrumento financeiro apresente vencimento anterior ao do item objeto de “hedge”.

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante

A composição do saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” classificados como não circulante em 30 de setembro de 2014, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano de Vencimento	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
2015	112.805	112.805
2016	26.382	26.382
2022	1.142.566	2.127.104
Total	<u>1.281.753</u>	<u>2.266.291</u>

15 Fornecedores

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Fornecedores	102.587	88.346	192.406	150.168
Provisões diversas	447.670	346.996	447.670	346.997
Total	<u>550.257</u>	<u>435.342</u>	<u>640.076</u>	<u>497.165</u>

16 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações	335.642	466.818	332.397	471.360
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	17.612	21.389	18.733	22.777
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.157	19.090	10.395	20.020
Imposto Sobre Serviços - ISS	6.467	8.348	8.436	10.246
Programa de Integração Social - PIS	6.656	7.990	7.026	8.418
Outros tributos a recolher	6.019	4.379	7.081	5.663
Total	<u>382.553</u>	<u>528.014</u>	<u>384.068</u>	<u>538.484</u>

Notas Explicativas

17 Outras obrigações

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Passivo circulante:				
Provisão para despesas diversas	58.566	64.781	58.780	65.030
Provisão para férias e encargos	30.551	18.498	43.392	26.369
Participação dos colaboradores e diretores no lucro	50.632	54.851	68.131	69.991
Outros valores a pagar	-	-	46.602	35.367
Total	139.749	138.130	216.905	196.757
Passivo não circulante:				
Outros valores a pagar	5.032	3.991	10.790	9.749
Total	144.781	142.121	227.695	206.506

18 Provisão para riscos e depósitos judiciais

a. Provisão para riscos

A Sociedade e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações trabalhistas, cíveis e tributárias, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso, como segue:

	Controladora (BR GAAP)					
	31/12/2013	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	Pagamentos (iii)	30/09/2014
Tributárias	939.601	120.658	(453)	870	(116)	1.060.560
Cíveis	18.236	14.829	(11.017)	1.172	(4.698)	18.522
Trabalhistas	71.066	23.324	(9.058)	450	(5.277)	80.505
Total	1.028.903	158.811	(20.528)	2.492	(10.091)	1.159.587
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	31/12/2013	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	Pagamentos (iii)	30/09/2014
Tributárias	960.226	121.319	(771)	872	(21.086)	1.060.560
Cíveis	19.945	14.829	(11.017)	1.172	(4.698)	20.231
Trabalhistas	83.853	33.514	(14.338)	470	(6.229)	97.270
Total	1.064.024	169.662	(26.126)	2.514	(32.013)	1.178.061

Notas Explicativas

Controladora (BR GAAP)						
	31/12/2012	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	Pagamentos	30/09/2013
Tributárias	751.873	131.539	(691)	509	-	883.230
Cíveis	20.886	7.070	(7.180)	1.464	(4.194)	18.046
Trabalhistas	46.362	19.361	(5.564)	254	(1.070)	59.343
Total	819.121	157.970	(13.435)	2.227	(5.264)	960.619

Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
	31/12/2012	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	Pagamentos	30/09/2013
Tributárias	774.438	131.539	(691)	540	-	905.826
Cíveis	22.594	7.070	(7.181)	1.466	(4.194)	19.755
Trabalhistas	55.994	23.846	(6.494)	267	(2.662)	70.951
Total	853.026	162.455	(14.366)	2.273	(6.856)	996.532

- (i) Correspondem substancialmente ao complemento da provisão para riscos tributários, nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013, referente a tributos com exigibilidade suspensa, registrada em contrapartida às rubricas “Impostos sobre serviços” e “Outras despesas operacionais, líquidas”, e ao complemento das provisões para riscos cíveis e trabalhistas, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuada pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica “Outras despesas operacionais, líquidas” na demonstração do resultado do período.
- (ii) Substancialmente representadas pela reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas em virtude de prescrição, processos encerrados ou mudança na avaliação do risco de perda pelos assessores jurídicos da Sociedade e de suas controladas.
- (iii) No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, a Sociedade e suas controladas, por acordos judiciais ou decisões desfavoráveis, efetivaram a liquidação de 1.068 ações cíveis e trabalhistas, no montante total de R\$ 9.975 e R\$ 10.927 na Controladora e no Consolidado, respectivamente.

Além disso, a Sociedade e suas controladas efetuaram o pagamento de 4 processos tributários, no montante de R\$116 e R\$21.086, respectivamente, sendo R\$20.970 realizado mediante conversão de depósitos judiciais em renda da União, em decorrência da adesão ao Parcelamento ou Pagamento de Débitos Tributários Federais (Refis), instituído pela Lei 11.941/09 e suas alterações.

Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Sociedade que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de afiliação, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época. Em 30 de setembro de 2014, a provisão para perdas prováveis em ações cíveis é de R\$ 18.522 na controladora e R\$ 20.231 no consolidado, e o saldo de depósito judicial é de R\$ 6.049 na Controladora e no Consolidado.

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2014, existem ações civis públicas, geralmente movidas pelo Ministério Público ou por entidades de classe, cuja intenção é defender interesses coletivos, a exemplo dos direitos do consumidor ou de determinados grupos ou classes de estabelecimentos comerciais. As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo em aproveitar uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

Notas Explicativas

Processos trabalhistas

Referem-se a diversas demandas trabalhistas que, em 30 de setembro de 2014, incluíam 275 ações trabalhistas contra a Cielo e 69 contra as controladas, totalizando 344 ações. Dentre essas ações, 131 foram movidas por ex empregados e as 213 restantes foram movidas por empregados de terceiros contratados, alguns dos quais pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício.

As ações trabalhistas, quando iniciadas, são consideradas como de probabilidade de perda possível. Somente após decisão do Tribunal, elas são reclassificadas como de probabilidade de perda provável ou remota, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações similares. Em geral, as ações trabalhistas são referentes à equiparação salarial, horas extras e reflexos, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo, entre outros motivos.

Em 30 de setembro de 2014, a provisão para perdas prováveis em ações trabalhistas é de R\$ 80.505 na controladora e R\$ 97.270 no consolidado, e o saldo de depósito judicial é de R\$17.805 na controladora e R\$20.211 no consolidado.

Processos tributários

Correspondem à divergência de interpretação em relação à autoridade fiscal, substancialmente quanto a:

- **Cofins - Regime não Cumulativo** - a Sociedade e sua controlada Servinet, em fevereiro de 2004, impetraram mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei nº 10.833/03, que introduziu a sistemática de apuração pelo método não cumulativo à alíquota de 7,6%, e passaram a efetuar o depósito judicial dos valores apurados mensalmente. Como consequência, desde então, a diferença entre o imposto devido calculado pela alíquota estabelecida pela sistemática cumulativa e pela não cumulativa vem sendo registrada como provisão para riscos. Os montantes não recolhidos desse tributo estão sendo depositados judicialmente. Em novembro de 2009, a controlada Servinet desistiu da discussão judicial para efeito de adesão ao parcelamento da Lei nº 11.941/09. O processo judicial da Cielo está sobrestado no Tribunal Regional Federal da 3ª Região/SP, tendo em vista o reconhecimento da repercussão geral da matéria pelo Supremo Tribunal Federal em autos de Recurso Extraordinário, ainda pendente de julgamento. Em 30 de setembro de 2014, o valor dessa provisão para riscos é de R\$1.023.124 na controladora e no consolidado, e o saldo do depósito judicial é de R\$1.010.092 na controladora e R\$1.010.394 no consolidado.
- **Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM** - Em 2007, a Sociedade sofreu auto de infração referente ao ano-calendário 2002, exercício 2003. A Receita Federal do Brasil alega a não apresentação do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERC nos prazos requeridos e, assim, não reconhece a parcela do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ destinada ao FINAM. O processo administrativo está aguardando inclusão em pauta para julgamento do recurso voluntário da Sociedade pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Em 30 de setembro de 2014, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 14.774 na controladora e no consolidado.
- **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002** - Em 2007, foi lavrado auto de infração contra a Sociedade para exigir a CSLL (cota de ajuste) relativamente ao ano-calendário 2002, acrescida da multa de ofício (75%) e dos juros de mora, bem

Notas Explicativas

como multa isolada (50%) sobre os valores das “estimativas” de CSLL que não teriam sido recolhidas. Após a manutenção do auto de infração na esfera administrativa, em julho de 2011, a Sociedade optou pela discussão judicial. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente e está sendo contestado em autos de ação anulatória, distribuída em agosto de 2011. Em 1ª instância judicial, foi proferida sentença julgando improcedente a ação anulatória. A empresa prosseguirá com a discussão nos Tribunais Superiores. Em 30 de setembro de 2014, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$10.895 e o valor do depósito judicial é de R\$10.895, na controladora e no consolidado.

- Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008** - Em 2009, a controladora compensou o saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2008 para débitos fiscais devidos em 2009 mediante apresentação de Declaração de Compensação (PER/DCOMP). Ao apreciar referida declaração de compensação em 2012, a Secretaria da Receita Federal do Brasil não homologou o crédito fiscal e, por consequência, emitiu o Despacho Decisório nº 022405395. Em janeiro de 2013, a controladora ajuizou Ação Ordinária Anulatória de Débito Fiscal, na Vara Cível da Subseção Judiciária de Osasco/SP, com a finalidade de demonstrar e provar o crédito de saldo negativo do ano-calendário de 2008. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente. Em 30 de setembro de 2014, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 7.045 e o valor do depósito judicial é de R\$7.045, na controladora e no consolidado.

A Sociedade e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2014 no montante de R\$4.722 na controladora e no consolidado.

Para fazer frente a outros processos avaliados como riscos possíveis pelos assessores jurídicos, a Sociedade e suas controladas detêm depósito judicial no montante de R\$8.172 na controladora e R\$10.887 no consolidado.

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que o efetivo desembolso de referidas provisões não ocorrerá antes de 30 de setembro de 2019.

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2014 e de 2013, a Sociedade e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Tributárias	109.362	86.788	113.423	92.222
Cíveis	84.537	57.992	84.537	57.993
Trabalhistas	61.743	41.643	76.846	51.463
Total	<u>255.642</u>	<u>186.423</u>	<u>274.806</u>	<u>201.678</u>

Notas Explicativas

b. Depósitos judiciais

Em 30 de setembro de 2014 e de 2013, a Sociedade e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, os quais estão assim demonstrados:

Controladora (BR GAAP)				
	31/12/2013	Adição	Baixa	30/09/2014
Tributários	913.789	122.415	-	1.036.204
Cíveis e trabalhistas	<u>11.516</u>	<u>13.362</u>	<u>(1.024)</u>	<u>23.854</u>
Total	<u><u>925.305</u></u>	<u><u>135.777</u></u>	<u><u>(1.024)</u></u>	<u><u>1.060.058</u></u>
Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
	31/12/2013	Adição	Baixa	30/09/2014
Tributários	937.726	122.465	(20.970)	1.039.221
Cíveis e trabalhistas	<u>13.683</u>	<u>13.624</u>	<u>(1.047)</u>	<u>26.260</u>
Total	<u><u>951.409</u></u>	<u><u>136.089</u></u>	<u><u>(22.017)</u></u>	<u><u>1.065.481</u></u>
Controladora (BR GAAP)				
	31/12/2012	Adição	Baixa	30/09/2013
Tributários	738.372	127.989	-	866.361
Cíveis e trabalhistas	<u>7.248</u>	<u>2.126</u>	<u>(447)</u>	<u>8.927</u>
Total	<u><u>745.620</u></u>	<u><u>130.115</u></u>	<u><u>(447)</u></u>	<u><u>875.288</u></u>
Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
	31/12/2012	Adição	Baixa	30/09/2013
Tributários	762.352	127.989	-	890.341
Cíveis e trabalhistas	<u>9.040</u>	<u>2.584</u>	<u>(609)</u>	<u>11.015</u>
Total	<u><u>771.392</u></u>	<u><u>130.573</u></u>	<u><u>(609)</u></u>	<u><u>901.356</u></u>

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 30 de setembro de 2014 está representado por 1.572.230.938 ações ordinárias (786.115.469 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2013), todas subscritas e integralizadas.

Conforme ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade no montante de R\$1.000.000 (um bilhão de reais). Para efetivação do aumento de capital social foi utilizado parcialmente o saldo proveniente da reserva de orçamento de capital.

Notas Explicativas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20.a), a quantidade de ações em circulação em 30 de setembro de 2014 é de 1.566.258.985 (785.408.414 ações em 31 de dezembro de 2013). O capital social poderá ser aumentado em até 2.400.000.000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho da Administração, competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado. Exceto nos casos descritos a seguir, os acionistas terão preferência para a subscrição de aumento de capital, sendo 30 dias corridos para o exercício desse direito contados a partir da publicação da ata do Conselho de Administração que deliberar o aumento. No limite do capital autorizado, a Sociedade pode outorgar opção de ação de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados. O Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta, dentro do limite do capital autorizado. Ainda, o Conselho de Administração deverá dispor sobre as sobras não subscritas em aumento de capital, durante o prazo de exercício de preferência, determinando, antes da venda destas em bolsa de valores em benefício da Sociedade, o rateio, na proporção dos valores subscritos, entre os acionistas que tiverem manifestado, no boletim ou na lista de subscrição, interesse em subscrever as eventuais sobras.

b. Reserva de capital

Representa os custos com remuneração baseada em ações e os ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

O saldo da reserva de capital em 30 de setembro de 2014 é de R\$73.190 (R\$99.637 em 31 de dezembro de 2013).

c. Ações em tesouraria

Em 11 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração da Sociedade, em consonância com as disposições do artigo 19 do seu Estatuto Social, do artigo 30 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 10/80, conforme alteração, e da Instrução CVM nº 358/02 e de suas alterações posteriores, aprovou a aquisição de até 4.400.000 (quatro milhões e quatrocentas mil) ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, para cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria e, em especial, para atender ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade, sem redução de capital social, dentro do prazo de 365 dias contados da divulgação do fato relevante de sua abertura. Adicionalmente, essas aquisições de ações de emissão pela própria Sociedade estão limitadas ao saldo disponível na rubrica “Reserva de Capital” apurada durante o exercício social, observados os artigos 1º e 12 da Instrução nº 10/80.

Cabe à Administração da Sociedade definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	Ações	Valor	Custo médio - R\$ por ação
Saldo em 31 de dezembro de 2013	707.055	(37.055)	52,41
Venda em janeiro de 2014	(2.024)	107	52,41
Recompra em janeiro de 2014	1.165.300	(75.990)	60,38
Venda em fevereiro de 2014	(5.427)	328	60,38
Recompra em fevereiro de 2014	1.285.000	(82.806)	62,04
Venda em março de 2014	(149.987)	9.357	62,04
Recompra em março de 2014	<u>164.700</u>	<u>(11.052)</u>	62,29
Saldo em ações em tesouraria antes da bonificação	<u>3.164.617</u>	<u>(197.111)</u>	62,29
Aumento das ações em tesouraria em decorrência da bonificação (*)	3.164.617	-	-
Venda em abril de 2014 antes da recompra	(20.929)	652	31,14
Recompra em abril de 2014	94.734	(3.414)	31,22
Venda em abril de 2014 após recompra	(7.426)	232	31,22
Venda em maio de 2014	(8.676)	271	31,22
Venda em junho de 2014	(38.892)	1.214	31,22
Venda em julho de 2014	(272.996)	8.522	31,22
Recompra em julho de 2014	227.000	(9.986)	31,68
Venda em julho de 2014	(5.807)	184	31,68
Recompra em julho de 2014	460.000	(20.381)	32,54
Venda em julho de 2014	(11.751)	382	32,54
Recompra em julho de 2014	333.000	(14.929)	33,11
Venda em julho de 2014	(1.430)	47	33,11
Recompra em julho de 2014	250.000	(11.163)	33,51
Venda em julho de 2014	(928.068)	31.097	33,51
Venda em agosto de 2014	(320.989)	10.756	33,51
Venda em setembro de 2014	<u>(105.051)</u>	<u>3.520</u>	33,51
Saldo final em 30 de setembro de 2014	<u>5.971.953</u>	<u>(200.107)</u>	33,51

(*) **Bonificação:** foram emitidas novas ações ordinárias, atribuindo-se aos acionistas, gratuitamente, a título de bonificação uma nova ação ordinária para cada ação ordinária de que fossem titulares, gerando o efeito total de 3.164.617 novas ações.

As ações adquiridas serão mantidas em tesouraria para posterior alienação, cancelamento ou utilização no exercício das opções de compra de ações outorgadas aos administradores e colaboradores da Sociedade.

d. Resultados abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira dos investimentos no exterior e dos ganhos ou das perdas em instrumentos de “hedge” de investimentos no exterior, líquidos dos efeitos fiscais. Os saldos abaixo apresentam os ajustes acumulados nas datas dos balanços, como seguem:

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2014	31/12/2013
Varição cambial sobre investimento no exterior	133.944	100.209
Resultado com instrumentos de "hedge" ("bonds") sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	(117.628)	(84.116)
Resultado com instrumentos de "hedge" ("NDF") sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	<u>(10.645)</u>	<u>(10.645)</u>
Total	<u>5.671</u>	<u>5.448</u>

e. Reserva de lucros - legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 30 de setembro de 2014 é de R\$320.842 (R\$200.000 em 31 de dezembro de 2013).

f. Reserva de lucros - orçamento de capital

Em 31 de dezembro de 2013, foi constituída reserva de lucros através da retenção de parte do lucro líquido do exercício de 2013 em R\$772.081, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 5º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008. Adicionalmente, foi complementada reserva de lucros a partir do resultado advindo da alteração de política contábil, referente ao reconhecimento de receita proveniente de comissão de vendas parceladas em R\$127.054, composto por R\$115.503 registrado no balanço de abertura datado em 31 de dezembro de 2011, e R\$ 11.551 registrado no resultado do exercício de 2012 (vide nota explicativa nº3).

A retenção referente ao exercício de 2013, bem como sobre o efeito da alteração de prática contábil, em R\$ 899.135, está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração no dia 28 de janeiro de 2014, e foi submetido à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2014. A proposta de orçamento de capital está justificada pela necessidade de aplicação em capital de giro, que visará substancialmente fomentar a operação de recebíveis ("ARV").

O saldo da reserva de orçamento de capital em 30 de setembro de 2014 é de R\$551.385 (R\$1.551.385 em 31 de dezembro de 2013).

g. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 50% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social. O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral. A Sociedade registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Sociedade o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, com base neles, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos à conta de lucro. Poderá ainda o Conselho de Administração declarar dividendos intermediários à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos Acionistas.

Notas Explicativas

Durante a reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de janeiro de 2014, foi deliberada a distribuição de complemento dos dividendos e juros sobre o capital próprio sobre os lucros, com base nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, nos montantes de R\$914.820 e R\$ 46.000, respectivamente. Os proventos foram pagos aos acionistas em 31 de março de 2014.

Conforme ata de reunião do Conselho da Administração realizada em 28 de agosto de 2014, foi deliberada a distribuição de 70% do resultado do semestre findo em 30 de junho de 2014, no montante de R\$1.063.646, sendo R\$996.846 a títulos de dividendos e R\$66.800 a título de juros sobre o capital próprio. Os proventos foram pagos aos acionistas em 30 de setembro de 2014.

20 Lucro líquido por ação

a. Movimentação do número de ações ordinárias

Ações emitidas	Ordinárias
Ações em 31 de dezembro de 2013	785.408.414
Exercício de opção de compra de ações:	
Janeiro de 2014	2.024
Fevereiro de 2014	5.427
Março de 2014	149.987
Recompra de ações em tesouraria - Janeiro de 2014	(1.165.300)
Recompra de ações em tesouraria - Fevereiro de 2014	(1.285.000)
Recompra de ações em tesouraria - Março de 2014	(164.700)
Efeito de bonificação de ações	782.950.852
Recompra de ações em tesouraria - Abril de 2014	(94.734)
Abril de 2014	28.355
Maio de 2014	8.676
Junho de 2014	38.892
Julho de 2014	1.220.052
Recompra de ações em tesouraria - Julho de 2014	(1.270.000)
Agosto de 2014	320.989
Setembro de 2014	105.051
	<hr/>
Total	<u>1.566.258.985</u>

b. Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Em 31 de março de 2014, houve o aumento do capital social em R\$1.000.000 mediante capitalização de reservas de orçamento de capital, atribuindo aos acionistas, gratuitamente, a título de bonificação, uma nova ação ordinária para cada uma ação ordinária de que forem titulares na posição final do dia 31 de março de 2014. Esses eventos foram considerados retrospectivamente no cálculo do lucro básico e diluído, como se tivessem ocorrido no início do exercício mais antigo apresentado, como segue:

Notas Explicativas

c. Lucro por ação básico

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2014	30/09/2013
Lucro líquido do período disponível para as ações ordinárias	2.416.839	1.952.862
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	1.563.795	1.567.163
Lucro por ação (em R\$) - Básico	1,54550	1,24611

d. Lucro por ação diluído

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2014	30/09/2013
Lucro líquido do período disponível para as ações ordinárias	2.416.839	1.952.862
Denominador diluído:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	1.563.795	1.567.163
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	2.655	2.062
Total (em milhares)	1.566.450	1.569.225
Lucro por ação (em R\$) - diluído	1,54288	1,24448

21 Receita líquida

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	Período de três meses	Período de nove meses	Período de três meses	Período de nove meses
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Receita operacional bruta	1.784.652	1.627.392	5.185.750	4.598.148
Impostos sobre serviços	(181.637)	(167.229)	(517.840)	(464.558)
Total	1.603.015	1.460.163	4.667.910	4.133.590

A receita operacional bruta é composta pelas comissões cobradas de estabelecimentos comerciais, pelo aluguel de equipamentos POS, pela prestação de serviços de utilização de rede, bem como por outros serviços relacionados aos meios de pagamento eletrônicos.

Notas Explicativas

22 Despesas por natureza

A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função.

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Período de três meses		Período de nove meses		Período de três meses		Período de nove meses	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Despesas com pessoal	96.248	74.859	259.631	199.724	143.788	107.974	390.443	290.728
Depreciações e amortizações	85.936	77.658	251.258	230.402	106.767	97.795	313.234	291.312
Serviços profissionais	96.326	67.502	257.176	210.362	82.623	59.452	232.194	181.550
Gastos com aquisição (a)	423.163	355.197	1.148.730	977.319	607.175	518.836	1.676.650	1.421.541
Vendas e marketing (b)	65.207	40.814	184.434	137.326	69.235	46.169	194.713	151.364
Custo com créditos de celulares em controlada (c)	-	-	-	-	50.880	28.324	121.214	84.348
Outras	14.921	34.124	27.509	56.786	29.940	47.088	75.433	88.332
Total	781.801	650.154	2.128.738	1.811.919	1.090.408	905.638	3.003.881	2.509.175
Classificadas como:								
Custo dos serviços prestados	519.757	437.384	1.414.003	1.220.365	781.288	655.108	2.144.796	1.822.512
Despesas com pessoal	59.800	45.905	164.500	121.139	98.757	71.468	270.083	191.473
Despesas gerais e administrativas	84.245	64.851	233.844	192.113	86.513	69.074	250.690	198.402
Vendas e marketing	65.207	40.814	184.434	137.326	69.235	46.168	194.713	151.364
Outras despesas operacionais, líquidas	52.792	61.200	131.957	140.976	54.615	63.820	143.599	145.424
Total	781.801	650.154	2.128.738	1.811.919	1.090.408	905.638	3.003.881	2.509.175

- (a) Os gastos com aquisição são substancialmente representados por despesa de logística e manutenção de equipamentos POS, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes, serviços de telecomunicações, de captura e de processamento de transações.
- (b) As despesas de marketing e vendas incluem campanhas de desenvolvimento da marca, propaganda e publicidade, endomarketing e incentivos de vendas a parceiros e bancos emissores.
- (c) Corresponde ao custo do produto vendido referente a crédito de minutos para celulares vendidos pela controlada direta Multidisplay.

23 Transações e saldos com partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade operações com partes relacionadas, tais como contas a receber dos bancos emissores, que são conglomerados financeiros sobre os quais os acionistas controladores detêm participação acionária, bem como despesas e receitas com serviços prestados pela Servinet, Orizon, Multidisplay, M4Produtos, Braspag e Paggo.

A Sociedade, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços, cabendo a decisão pela realização das transações, independentemente de estas serem realizadas entre partes relacionadas ou não, ao responsável da área que motivou a contratação do produto ou serviço. Ainda, a natureza das atividades da Sociedade faz com que ela celebre contratos com diversos emissores, sendo alguns deles seus acionistas. A Sociedade acredita que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado (“arm’s-length basis”).

Notas Explicativas

As tabelas a seguir incluem os saldos em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e o valor, discriminado por modalidades de contrato, acionistas e controladas, das operações com partes relacionadas em que a Sociedade participa, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2014:

Controladora (BR GAAP)										
30/09/2014										31/12/2013
Acionistas			Controladas e Joint Ventures							
Banco Bradesco	Banco do Brasil		Servinet	Orizon	Multidisplay	M4 Produtos	Paggo	Braspag	Total	Total
Ativos (Passivos):										
Aplicações financeiras (a)	22.872	709	-	-	-	-	-	-	23.581	74.633
Contas a receber operacionais	2.335	1.890	-	-	-	-	-	-	4.225	3.948
Contas a receber de controladas e controladas em conjunto	-	-	-	43	-	-	9	23	75	73
Contas a pagar a controladas e controladas em conjunto	-	-	(13.091)	-	-	(141)	-	(1.721)	(14.953)	(12.570)
Controladora (BR GAAP)										
Período de três meses findo em 30/09/2014										Período de três meses findo em 30/09/2013
Acionistas			Controladas e Joint Ventures							
Banco Bradesco	Banco do Brasil		Servinet	Orizon	Multidisplay	M4 Produtos	Paggo	Braspag	Total	Total
Receitas:										
Receitas de aplicações financeiras (a)	633	673	-	-	-	-	-	-	1.306	1.823
Receitas de prestação de outros serviços (b)	6.645	5.658	-	-	421	1.157	-	83	13.964	11.125
Receitas de aluguel de equipamentos POS (c)	-	-	-	85	-	-	-	-	85	253
Despesas:										
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação	(1.265)	(1.303)	-	-	-	-	-	-	(2.568)	(3.132)
Outras despesas operacionais (d)	(5.333)	(745)	-	-	-	(74)	-	(2.529)	(8.681)	(9.094)
Contratos de prestação de serviços com a Servinet (e)	-	-	(40.948)	-	-	-	-	-	(40.948)	(29.156)
Prestação de serviços de processamento da dados (f)	-	-	-	-	-	-	-	(2.622)	(2.622)	(1.553)
Controladora (BR GAAP)										
Período de nove meses findo em 30/09/2014										Período de nove meses findo em 30/09/2013
Acionistas			Controladas e Joint Ventures							
Banco Bradesco	Banco do Brasil		Servinet	Orizon	Multidisplay	M4 Produtos	Paggo	Braspag	Total	Total
Receitas:										
Receitas de aplicações financeiras (a)	1.947	1.143	-	-	-	-	-	-	3.090	4.466
Receitas de prestação de outros serviços (b)	19.307	17.279	-	-	1.048	3.223	93	261	41.211	31.585
Receitas de aluguel de equipamentos POS (c)	-	-	-	324	-	-	-	-	324	962
Despesas:										
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação	(3.966)	(4.039)	-	-	-	-	-	-	(8.005)	(7.966)
Outras despesas operacionais (d)	(15.088)	(2.098)	-	-	-	(1.395)	-	(4.686)	(23.267)	(18.320)
Contratos de prestação de serviços com a Servinet (e)	-	-	(103.440)	-	-	-	-	-	(103.440)	(82.282)
Prestação de serviços de processamento da dados (f)	-	-	-	-	-	-	-	(5.322)	(5.322)	(4.898)

Notas Explicativas

- (a) As aplicações financeiras, quanto a prazos, encargos e taxas de remuneração, foram realizadas em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.
- (b) Correspondem a serviços de prevenção a fraude e trava de domicílio bancário prestados pela Sociedade aos bancos acionistas e comissão sobre processamento de transações para as empresas M4Produtos e Multidisplay. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com outros bancos emissores.
- (c) Vide nota explicativa nº 5.(e).
- (d) Serviços contratados com bancos acionistas, referentes a: (i) seguro de vida coletivo empresarial; (ii) seguros hospitalar e odontológico; e (iii) contrato de previdência privada. A Sociedade entende que as condições financeiras praticadas pelos acionistas, quanto a preços, prazos e demais condições, foram realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas com terceiros.
- (e) A Sociedade contratou a Servinet para prestar serviços de instalação e manutenção dos equipamentos POS nos estabelecimentos comerciais. A remuneração prevista pelos serviços prestados é estabelecida com base nos custos incorridos pela Servinet quando da prestação dos referidos serviços, acrescidos de impostos e contribuições, bem como de margem de remuneração.
- (f) Refere-se a serviços de processamento de dados prestados pela M4Produtos e pela Braspag.

Principais transações com partes relacionadas

Saldos de bancos emissores

Os valores a receber de bancos emissores, apresentados líquidos na rubrica “Contas a pagar a estabelecimentos”, referem-se aos montantes que devem ser repassados pelos emissores à Sociedade decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente repassados pela Sociedade aos estabelecimentos credenciados. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais emissores de cartões de crédito ou de débito.

Incentivos a bancos domicílio

A Sociedade detém contratos com bancos domicílio que visam incentivar os faturamentos de comissões e operações de antecipações de recebíveis. Nesses contratos, a Sociedade remunera os bancos de acordo com metas de “performance” neles estabelecidas.

Antecipação da agenda de recebíveis com bancos emissores

A Sociedade detém contratos de antecipação de valores vincendos, referentes aos repasses que o banco emissor acionista deve fazer à Sociedade em razão das transações efetuadas pelos clientes do banco portadores dos cartões de crédito. Essas operações de antecipação são realizadas para a geração de capital de giro de curto prazo e os valores depositados em conta-corrente são líquidos das taxas de antecipação, “pro rata temporis”, calculados com taxas de mercado que não diferem substancialmente daquelas praticadas por bancos emissores que não são acionistas da Sociedade.

Serviços de utilização da rede credenciada Cielo (“Value Added Network - VAN”)

A Sociedade detém contratos de serviço com a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS. Tais serviços incluem captura, autorização e processamento de transações com cartões ALELO, bem como o atendimento aos estabelecimentos comerciais, serviços de “back office” operacional e financeiro, prevenção à fraude, emissão de extrato e controle financeiro das transações eletrônicas resultantes dessas transações. As taxas e tarifas cobradas por essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais parceiros terceiros.

Notas Explicativas

Serviços de VAN e taxa de conectividade - Amex

A Sociedade detém um contrato não exclusivo de prestação de serviços de captura de transações de cartões emitidos pela Bandeira Amex (VAN), com a BankPar S.A. (“BankPar”), empresa do Grupo Bradesco licenciada dos direitos da bandeira American Express (“Amex”) no Brasil. O contrato também estabelece a remuneração da BankPar, pela Sociedade, mediante o pagamento de taxa de conectividade, referente ao acesso da Sociedade aos estabelecimentos afiliados aos sistemas de aquisição da bandeira Amex. A parceria com a bandeira Amex tem alto potencial de geração de valor à Sociedade na medida que complementa seu portfólio de bandeiras. A assinatura dos contratos teve a aprovação do Conselho de Administração, observados para tanto os impedimentos legais. Os preços cobrados pela prestação do serviço são semelhante àqueles praticados com os demais parceiros terceiros.

Trava de domicílio bancário

É decorrente de contratos de prestação de serviços de trava de domicílio bancário firmados com vários bancos, cujo serviço consiste em assegurar aos bancos a trava do domicílio bancário dos estabelecimentos credenciados que venham a efetuar operações financeiras com eles. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais bancos domicílio.

Escrituração de ações da Sociedade

Contrato de prestação de serviços de escrituração de ações da Sociedade firmado com o Banco Bradesco S.A., pelo qual este presta serviços de escrituração de ações e de agente emissor de certificados de ações de emissão da Sociedade.

Serviços operacionais - Programa de emissão de ações

Contrato que consiste na prestação de serviços operacionais para o programa de opções de ações (“stock options”) e respectivas outorgas firmado com a Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

Outros contratos pulverizados

Além dos saldos registrados, a Sociedade mantém outros serviços contratados com os principais acionistas, a saber:

- Serviços de “cash management”.
- Seguros contratados.
- Serviços de plano de saúde e previdência complementar.
- Cartão de crédito corporativo.
- Serviço de pagamento a fornecedores.

24 Imposto de renda e contribuição social

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social para os trimestres e períodos findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013:

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Período de três meses		Período de nove meses		Período de três meses		Período de nove meses	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.219.049	1.045.007	3.590.053	2.948.256	1.228.186	1.051.464	3.606.023	2.961.989
Alíquotas vigentes - %	34	34	34	34	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(414.477)	(355.302)	(1.220.618)	(1.002.407)	(417.583)	(357.498)	(1.226.048)	(1.007.076)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	11.254	-	33.966	16.796	11.254	-	33.966	16.796
Perda no valor recuperável de ágio	-	-	-	(10.363)	-	-	-	(10.363)
Benefício fiscal de P&D (Lei do Bem)	-	-	10.037	7.139	-	-	10.037	7.139
Efeito de diferenças permanentes, líquidas	1.545	(207)	3.401	(6.559)	(1.349)	(2.434)	(650)	(10.598)
Imposto de renda e contribuição social	(401.678)	(355.509)	(1.173.214)	(995.394)	(407.678)	(359.932)	(1.182.695)	(1.004.102)
Correntes	(428.130)	(387.793)	(1.276.969)	(1.065.530)	(438.099)	(396.098)	(1.299.432)	(1.083.201)
Diferidos	26.452	32.284	103.755	70.136	30.421	36.166	116.737	79.099

As doações para Atividades Culturais e Artísticas (“Lei Rouanet”), Desportivas e para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente são registradas na rubrica “Despesa de imposto de renda - corrente”. Os incentivos fiscais registrados como despesa de imposto de renda - corrente, na controladora e no consolidado, totalizaram R\$4.830 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 (R\$ 9.992 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013). No período compreendido de 01/07/2014 a 30/09/2014, os incentivos fiscais contabilizados como despesa de imposto de renda - corrente, na controladora e consolidado totalizaram R\$2.743 (R\$4.992 no período compreendido de 01/07/2013 a 30/09/2013).

25 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

a. Gestão de risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Notas Explicativas

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo patrimônio líquido e pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos detalhados na nota explicativa nº 14, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa).

O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital.

O índice de endividamento no fim do período de relatório é o seguinte:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Dívida (i)	(1.511.174)	(1.544.641)	(2.508.709)	(2.488.485)
Caixa e equivalentes de caixa	145.849	257.145	462.826	423.062
Dívida líquida	<u>(1.365.325)</u>	<u>(1.287.496)</u>	<u>(2.045.883)</u>	<u>(2.065.423)</u>
Patrimônio líquido (ii)	<u>3.950.232</u>	<u>3.319.825</u>	<u>3.962.924</u>	<u>3.331.879</u>
Índice de endividamento líquido	<u>34,56%</u>	<u>38,78%</u>	<u>51,63%</u>	<u>61,99%</u>

- (i) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado na nota explicativa nº 14.
- (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

b. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Grupo são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber operacionais e de controladas e controladas em conjunto, depósitos judiciais, contas a pagar a estabelecimentos, a controladas, controladas em conjunto, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Em 30 de setembro de 2014, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

		30/09/2014			
		Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
Categoria		Valor contábil	Valor de mercado	Valor Contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	145.849	145.849	462.826	462.826
Contas a receber operacionais	Empréstimos e recebíveis	8.291.100	8.291.100	8.781.792	8.781.792
Contas a receber de controladas e controladas em conjunto	Empréstimos e recebíveis	75	75	345	345
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	1.060.058	1.060.058	1.065.481	1.065.481
Fornecedores	Outros passivos financeiros	550.257	550.257	640.076	640.076
Contas a pagar a estabelecimentos	Outros passivos financeiros	716.273	716.273	1.242.987	1.242.987
Antecipação de Recebíveis com Emissores	Outros passivos financeiros	3.362.865	3.362.865	3.362.865	3.362.865
Contas a pagar a controladas e controladas em conjunto	Outros passivos financeiros	14.953	14.953	-	-
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	1.511.174	1.434.755	2.508.709	2.375.272

O valor de mercado dos ativos e passivos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando-se taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes, com condições e vencimentos similares.

Notas Explicativas

c. Risco de crédito

A Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos bancos emissores dos cartões bandeira VISA, com o intuito de se proteger de eventual risco de “default” dessas instituições. Esse instrumento de proteção está respaldado na obrigação assumida pela bandeira VISA, conforme estabelecido no regulamento internacional, em garantir o repasse aos estabelecimentos afiliados à Sociedade de todas as vendas realizadas com os cartões VISA nas respectivas datas de vencimento, caso ocorra inadimplência de um determinado emissor. O modelo de garantia implementado pela bandeira VISA, em conjunto com a Sociedade, prevê a solicitação de garantias (reais ou bancárias) considerando o risco de crédito do emissor, os volumes das vendas realizadas com os cartões VISA e o risco residual da inadimplência dos portadores de cartões. O fornecimento das garantias é obrigatório para todos os emissores classificados com risco de crédito e os valores são revistos periodicamente pela bandeira VISA e pela Sociedade. Caso não sejam oferecidas as garantias solicitadas, o emissor não é aceito como membro do sistema ou perde essa condição.

A Sociedade também é credenciadora no Brasil para a bandeira MASTERCARD, sendo o risco de crédito dos bancos emissores desses cartões garantido pela própria bandeira em caso de inadimplência desses bancos emissores para com a Sociedade. A bandeira MASTERCARD estabelece a necessidade de garantias, reais ou bancárias, para os bancos emissores participantes do sistema. Caso não sejam oferecidas as garantias solicitadas, o emissor não é aceito como membro do sistema ou perde essa condição.

Os sistemas das bandeiras também preveem a possibilidade de que as transações efetuadas com cartões de crédito sejam contestadas pelos respectivos portadores, dentro de determinados prazos, contados da data de processamento da transação. Para tanto, a Sociedade firma contrato de afiliação com todos os estabelecimentos comerciais credenciados no qual estão definidas todas as regras para aceitação dos cartões no ponto de venda. Se ocorrerem contestações pelos portadores e o estabelecimento não mais estiver credenciado na data da reclamação ou não tiver valores a receber da Sociedade, será efetuada cobrança por meio de débito em conta-corrente ou escritórios especializados na recuperação de créditos, existindo a possibilidade de perdas para a Sociedade.

Aos estabelecimentos credenciados que não mantêm sistemas próprios para a captura eletrônica de transações, a Sociedade disponibiliza, mediante contrato de locação, o equipamento POS. O valor do aluguel é descontado, no seu vencimento, do montante das transações liquidadas pelos estabelecimentos. Entretanto, há a possibilidade de não recebimento do valor do aluguel na data de vencimento em razão da inexistência de saldos a serem pagos aos estabelecimentos. Nesses casos, a Sociedade faz a gestão da cobrança desses valores por meio de débito de vendas futuras, conta-corrente ou recuperação através de escritórios especializados na recuperação de créditos, podendo haver perdas dos valores de aluguel.

d. Risco de fraude

A Sociedade utiliza um sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito, que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

Notas Explicativas

e. “Hedge” de investimentos líquidos em operações no exterior (“net investment hedge”)

Com base na Interpretação nº 16 do “International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC” (interpretação técnica ICPC 06 - “Hedge” de Investimento Líquido em Operação no Exterior), emitida em julho de 2008, e consubstanciada na norma IAS 39 (pronunciamento técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração), a Sociedade optou por designar como “hedge” para o valor do investimento na Cielo USA em US\$311.981 mil a operação de “ten years bonds”, detido pela Sociedade em US\$470.000 mil. O valor do instrumento financeiro designado, ou seja, a operação de “ten years bonds”, está acrescido do “gross-up” do imposto de renda e da contribuição social (alíquota de 34% conforme legislação fiscal vigente no Brasil) para fins de análise de efetividade do “hedge accounting”.

A contabilização dos efeitos do “hedge” de investimento líquido foi feita em conformidade com o disposto no pronunciamento técnico CPC 38 e norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Para tanto, a Sociedade efetuou a designação formal das operações documentando: (i) objetivo do “hedge”; (ii) tipo de “hedge”; (iii) natureza do risco a ser coberto; (iv) identificação do objeto de cobertura (“hedge” item); (v) identificação do instrumento de cobertura (“hedging instrument”); (vi) demonstração da correlação do “hedge” e o objeto de cobertura (teste de efetividade retrospectivo); e (vii) a demonstração prospectiva da efetividade.

A aplicação dos testes de efetividade descritos nas práticas contábeis demonstrou a efetividade do instrumento financeiro; dessa forma, no período findo em 30 de setembro de 2014, não houve ineficiência reconhecida no resultado decorrente dos “hedges” de investimento líquido na Cielo USA; conseqüentemente, os ganhos ou as perdas dessas operações foram integralmente registrados no patrimônio líquido da Sociedade.

f. Risco de taxa de câmbio

O Grupo faz algumas transações em moeda estrangeira, substancialmente representada por transações realizadas por estrangeiros portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no Brasil. Adicionalmente, a Sociedade possui o controle da Me-S, através da holding Cielo USA, ambas localizadas nos Estados Unidos da América, cujas operações são realizadas através da moeda funcional, o dólar norte-americano.

As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas por meio da utilização de contratos futuros de moeda.

Em 30 de setembro de 2014, a exposição ao risco da taxa de câmbio, líquida dos instrumentos financeiros de proteção, em milhares de dólares norte-americanos, é como segue:

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Ativo:		
Caixa e equivalentes de caixa	587	109.431
Contas a receber operacionais	-	169.746
Outros ativos	-	18.444
Investimentos em moeda estrangeira	311.981	-
Imobilizado	-	4.066
Ativos intangíveis, incluindo ágio	-	789.573
	<hr/>	<hr/>
Total	312.568	1.091.260
	<hr/>	<hr/>
Passivo:		
Contas a pagar a estabelecimentos comerciais	(900)	(215.850)
Outros passivos	-	(18.279)
Empréstimos e financiamentos no exterior - Principal	(470.000)	(875.000)
Empréstimos e financiamentos no exterior - Juros	(6.610)	(12.300)
Empréstimos e financiamentos no exterior - Encargos	-	3.599
Imposto de renda diferido	-	(139.304)
Efeito tributário sobre instrumento de “hedge” - “Bonds” designado como proteção do investimento líquido no exterior	159.800	159.800
	<hr/>	<hr/>
Total	(317.710)	(1.097.334)
	<hr/>	<hr/>
Posição vendida de dólares norte-americanos	(5.142)	(6.074)
	<hr/>	<hr/>

A Sociedade dispõe de operação de proteção contra oscilação de moedas, que consiste na pré-venda dos dólares norte-americanos, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

O Grupo está exposto principalmente ao dólar norte-americano.

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no fim de cada período de relatório para uma mudança de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui empréstimos com terceiros quando a denominação do empréstimo é realizada em moeda diferente da moeda do credor ou do devedor. Em 30 de setembro de 2014, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio, haveria aumento ou redução no resultado e no patrimônio líquido, conforme segue:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	10%	25%	50%
Resultado (i)	1.696	6.674	10.104
Patrimônio líquido (i)	1.260	4.957	7.505

- (i) Refere-se principalmente à exposição dos saldos recebíveis e a pagar em dólares norte-americanos no fim de cada período de relatório.

g. Risco de taxa de juros em aplicações financeiras

Os resultados da Sociedade estão suscetíveis a variações significativas decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes.

Notas Explicativas

De acordo com suas políticas financeiras, a Sociedade vem aplicando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

h. Risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

i. Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Sociedade são afetados pelas variações na taxa de CDI (fonte: CETIP) e os empréstimos pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (fonte: Banco Central do Brasil - BACEN). Em 30 de setembro de 2014, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução das receitas ou despesas, em milhares de reais, conforme segue:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	913	2.282	4.563	1.127	2.818	5.636
Empréstimos e financiamentos	4.857	12.143	24.285	7.214	18.035	36.070

26 Compromissos

A Sociedade tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito das bandeiras. Para viabilizar tais atividades, bem como para as subsidiárias exercerem as suas, o Grupo celebrou os seguintes contratos:

a. Contratos de aluguel

Em 30 de setembro de 2014, com base nos contratos vigentes, os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel são os seguintes:

Ano	
2014	3.119
2015	12.872
2016	13.551
Total	<u>29.542</u>

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, podendo a devolução parcial ser negociada em cada caso.

b. Fornecedores de telecomunicações, equipamentos POS, tecnologia e logística

Em 30 de setembro de 2014, com base nos contratos vigentes, os pagamentos futuros estimados de fornecedores de telecomunicações, equipamentos POS, tecnologia e logística são os seguintes:

Notas Explicativas

Ano

2014	182.875
2015	687.749
2016	723.993
Total	<u>1.594.617</u>

Os contratos de captura e processamento de transações preveem multas rescisórias no valor total de R\$10.771. Os contratos de logística estão vigentes desde junho de 2007, com prazo mínimo de 12 meses, tendo como multa rescisória o valor de R\$5.572. Os contratos de telecomunicações não preveem multa rescisória.

27 Participação de colaboradores e administradores no lucro

A Sociedade e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013 foram registrados na rubrica “Despesas com pessoal” na demonstração do resultado e estão apresentados como segue:

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Período de três meses		Período de nove meses		Período de três meses		Período de nove meses	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Colaboradores	16.279	11.581	39.718	29.624	21.981	15.110	53.714	39.438
Diretores estatutários	4.647	3.711	10.914	9.940	4.951	3.944	11.533	10.639
Total	<u>20.926</u>	<u>15.292</u>	<u>50.632</u>	<u>39.564</u>	<u>26.932</u>	<u>19.054</u>	<u>65.247</u>	<u>50.077</u>

28 Remuneração de administradores e executivos

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. As despesas registradas no resultado são como seguem:

	Período de três meses 30/09/2014			Período de nove meses 30/09/2014		
	Fixa	Variável (*)	Total	Fixa	Variável (*)	Total
Diretores estatutários	1.488	3.631	5.119	4.636	9.544	14.180
Conselhos de administração	394	-	394	1.159	-	1.159
Total	<u>1.882</u>	<u>3.631</u>	<u>5.513</u>	<u>5.795</u>	<u>9.544</u>	<u>15.339</u>

(*) Não contempla o plano de opções de compra de ações (conforme nota explicativa nº 32).

Notas Explicativas

A remuneração global anual dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) em 2014, fixada na Assembleia Geral Ordinária de 31 de março de 2014, foi de R\$44.995, acrescidos dos correspondentes tributos e contribuições incidentes, na forma da legislação aplicável. Para o Conselho Fiscal, a remuneração anual aprovada para o exercício de 2014 foi R\$ 460 (R\$ 309 para o exercício de 2013).

A remuneração do Conselho Fiscal no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 foi de R\$307 (R\$232 para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013).

29 Resultado financeiro

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Período de três meses		Período de nove meses		Período de três meses		Período de nove meses	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Receitas financeiras:								
Rendimentos de aplicações financeiras	3.295	4.912	9.126	12.725	4.181	5.276	11.271	13.729
Outras receitas financeiras	236	51	360	194	376	76	525	278
Total	3.531	4.963	9.486	12.919	4.557	5.352	11.796	14.007
Despesas financeiras:								
Juros de mora e multas	(15)	(13)	(73)	(58)	(657)	(17)	(740)	(79)
Multas e juros de riscos	(749)	(742)	(2.434)	(3.182)	(756)	(760)	(2.456)	(3.228)
IRRF sobre juros no exterior	(1.786)	(1.783)	(5.144)	(5.813)	(1.786)	(1.783)	(5.144)	(5.813)
Juros e encargos sobre empréstimos	(15.640)	(16.390)	(45.410)	(48.570)	(24.505)	(25.297)	(72.139)	(71.974)
Atualização monetária sobre o saldo devedor referente à aquisição de 50,1% do capital social da Multidisplay	-	140	-	(1.102)	-	140	-	(1.102)
Outras despesas financeiras	(3.904)	(2.482)	(11.195)	(5.806)	(4.168)	(2.977)	(11.946)	(6.854)
Total	(22.094)	(21.270)	(64.256)	(64.531)	(31.872)	(30.694)	(92.425)	(89.050)
Antecipação de recebíveis:								
Receita com antecipação de recebíveis (a)	464.306	312.672	1.313.626	808.468	464.306	312.672	1.313.626	808.468
Despesa de ajuste a valor presente (b)	(6.070)	(25.273)	(35.865)	(49.836)	(6.070)	(25.273)	(35.865)	(49.836)
Antecipação do fluxo de recebíveis com emissores (c)	(53.571)	(43.576)	(192.318)	(93.645)	(53.571)	(43.576)	(192.318)	(93.645)
Total	404.665	243.823	1.085.443	664.987	404.665	243.823	1.085.443	664.987
Variação cambial, líquida (d)	285	576	190	779	282	593	186	795
Total	386.387	228.092	1.030.863	614.154	377.632	219.074	1.005.000	590.739

- (a) A receita com antecipação de recebíveis nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013 é composta pela receita oriunda do volume das transações negociadas durante os períodos de três e nove meses findos naquelas datas.
- (b) Conforme descrito na nota explicativa nº 5.(a), o ajuste a valor presente registrado nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi calculado sobre as operações de antecipações de recebíveis. As seguintes premissas foram adotadas no referido cálculo:
- As taxas de juros utilizadas foram as mesmas contratadas nas operações de antecipação de recebíveis de clientes;
 - Os cálculos foram efetuados individualmente, descontando-se os fluxos de caixa de cada um dos recebíveis registrados.
 - A Administração da Sociedade reconheceu o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber em virtude da materialidade dos valores objeto do ajuste, das taxas de juros contratadas e dos prazos das operações.

Mensalmente, a Administração revisa as premissas mencionadas e as variações são consignadas ao resultado do período.

Notas Explicativas

- (c) Encargo financeiro decorrente da captação de capital com terceiros para fomento das operações de antecipação de recebíveis (“ARV”), vide nota explicativa 13. As despesas financeiras decorrente da antecipação do fluxo de recebíveis com emissores foram agrupadas entre rubricas do Resultado Financeiro para melhor apresentação do impacto líquido das operações de antecipação de recebíveis (“ARV”) nas demonstrações financeiras.
- (d) Decorre basicamente dos valores recebidos em dólares norte-americanos da Visa International Service Association e da Mastercard Worldwide referentes a transações com cartões estrangeiros, de crédito e débito, e de ganhos e perdas em contas originalmente registradas em moeda estrangeira, representadas por:

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Período de três meses		Período de nove meses		Período de três meses		Período de nove meses	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Variação cambial, líquida:								
Receitas	287	679	1.197	1.300	287	698	1.203	1.321
Despesas	(2)	(103)	(1.007)	(521)	(5)	(105)	(1.017)	(526)
Total	<u>285</u>	<u>576</u>	<u>190</u>	<u>779</u>	<u>282</u>	<u>593</u>	<u>186</u>	<u>795</u>

30 Outras despesas operacionais, líquidas

Estão representadas por:

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Período de três meses		Período de nove meses		Período de três meses		Período de nove meses	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Perdas com créditos incobráveis e “chargebacks”	(40.612)	(51.016)	(97.988)	(77.122)	(40.612)	(51.016)	(97.988)	(77.122)
Provisão para risco, líquida	(9.853)	(4.923)	(18.284)	(22.711)	(11.141)	(4.415)	(22.857)	(24.810)
Perda no valor recuperável de ágio	-	-	-	(30.479)	-	-	-	(30.479)
Baixas efetivas com imobilizado	(4.013)	(9.048)	(18.467)	(19.978)	(4.080)	(12.642)	(18.536)	(23.872)
Outras	1.686	3.787	2.782	9.314	1.218	4.253	(4.218)	10.859
Total	<u>(52.792)</u>	<u>(61.200)</u>	<u>(131.957)</u>	<u>(140.976)</u>	<u>(54.615)</u>	<u>(63.820)</u>	<u>(143.599)</u>	<u>(145.424)</u>

Notas Explicativas

31 Cobertura de seguros

Em 30 de setembro de 2014, a Sociedade mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância Segurada
Responsabilidade civil e executivos	110.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo e alagamento e inundação)	28.983
Lucros cessantes	15.786
Veículos	1.022
Armazenagem de POS	204.860
Transporte de POS	1.692.902
FINAME de POS	963.930

32 Plano de opção de compra de ações

Em 1º de junho de 2009, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que ratificou a aprovação do plano de opção de compra de ações ordinárias de emissão da Sociedade, que tem vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

Poderão ser outorgadas opções de compra de ações, de forma que a diluição do capital social não exceda, a qualquer tempo durante a vigência do plano, 0,3% ao ano. Os beneficiários do plano serão definidos anualmente ou em periodicidade julgada conveniente pelo Conselho de Administração.

Em reuniões do Conselho de Administração de 6 de julho de 2010, 22 de julho de 2011, 23 de julho de 2012, 19 de julho de 2013 e 25 de junho de 2014 foram aprovadas a terceira, quarta, quinta, sexta e sétima outorgas de opções de compra de ações ordinárias e/ou ações restritas, respectivamente, conforme demonstrado no quadro a seguir, não havendo a opção de liquidação das opções em caixa.

Os beneficiários das outorgas de opções de compra de ações realizadas em 2010 e 2009 (primeira, segunda e terceira outorgas), nos termos do Plano e do Contrato de Outorga de Opção de Compra, poderão exercer a primeira parcela, equivalente a 1/3 do total das opções de compra a eles outorgadas, após um ano da data de outorga.

Em abril de 2011, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou alterações na quarta e quinta outorgas, promovendo as seguintes alterações no plano: possibilidade de os elegíveis optarem por plano de opção de compra de ações, plano de ações restritas ou combinação de ambos os planos; o exercício das opções e/ou ações restritas poderá ser realizado 50% após dois anos e 50% após três anos.

Na reunião do Conselho de Administração de 29 de fevereiro de 2012 foi aprovado plano de retenção anual para os executivos e talentos da Sociedade na forma de programa de "Restrict Shares", limitado ao montante de R\$5.800. Esse programa tem como objetivos minimizar o risco de perda dos executivos da Sociedade e ainda fortalecer o comprometimento destes com os resultados de longo prazo. Cada programa de retenção de executivos tem a duração de dois anos e as ações outorgadas serão transferidas aos executivos que permanecerem na Sociedade no término do período do programa.

Notas Explicativas

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de janeiro de 2014, a Sociedade ressaltou a necessidade de fortalecer a capacidade da Cielo para formar e reter o melhor time de executivos do segmento, e deliberou aprovação do plano Sócio Cielo 2014.

Data de outorga	Quantidade de ações						Saldo	Preço de exercício (R\$ por ação)	Valor justo das opções (R\$ por ação)
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Bonificação 2012	Bonificação 2013	Bonificação 2014			
Julho de 2010	1.073.680	(285.628)	(1.020.867)	163.314	71.403	50.948	52.850	13,89	4,54
Julho de 2011	1.315.854	(229.872)	(1.844.481)	262.413	273.433	836.145	613.492	10,85	4,33
Julho de 2012	987.487	(132.455)	(608.965)	-	189.146	1.040.526	1.475.739	18,53	7,62
Julho de 2013	1.049.141	(84.702)	(20.436)	-	-	990.085	1.934.088	21,63	10,08
Julho de 2014	1.561.552	-	-	-	-	-	1.561.552	32,61	15,03
Fevereiro de 2013 ("Restrict shares")	70.819	(76)	(17.928)	-	14.149	84.892	151.856	-	21,86
Março de 2014 ("Restrict shares")	105.000	-	-	-	-	105.000	210.000	-	29,21
Total	6.163.533	(732.733)	(3.512.677)	425.727	548.131	3.107.596	5.999.577		

Para determinar o valor justo das opções, a partir de 2011, optou-se pelo modelo de precificação binomial. Nos anos anteriores foi utilizada a metodologia Black & Scholes, baseada nas seguintes premissas econômicas:

	Outorga em						
	Julho de 2010	Julho de 2011	Julho de 2012	Fevereiro de 2013	Julho de 2013	Março de 2014	Julho de 2014
"Dividend yield"	5,73%	8,87%	5,36%	3,61%	3,71%	3,54%	3,31%
Volatilidade do preço da ação	37,51%	38,27%	31,65%	26,97%	30,06%	25,04%	23,15%
Período esperado para o exercício	5 anos	6 anos	6 anos	2 anos	6 anos	2 anos	6 anos

O valor justo está sendo apropriado ao resultado do período e a contrapartida na reserva de capital de forma linear pelos prazos de até 24 e 36 meses.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, foi reconhecida provisão de R\$16.766 líquida dos encargos (R\$13.127 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013), tendo como contrapartida a rubrica "Despesas com pessoal".

Desses montantes, corresponde a parcela de diretores estatutários o montante de R\$6.902 líquido dos encargos (R\$5.214 em 30 de setembro de 2013).

Foram exercidas 1.879.453 ações no valor de R\$38.504 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 (1.199.851 ações no valor de R\$16.175 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013), sendo o total de opção de ações exercidas, líquido das outorgas, registrado na rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido, em 30 de setembro de 2014, de R\$26.447 (total de R\$3.048 de opção de ações outorgadas em 30 de setembro de 2013).

33 Benefícios a empregados

a. Previdência Complementar

A Sociedade e a controlada Servinet contribuem mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no

Notas Explicativas

período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, em despesas de contribuições no montante de R\$6.171 (R\$5.204 em 30 de setembro de 2013), contabilizadas nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas com pessoal”.

Adicionalmente, no período de 01/07/2014 a 30/09/2014, a Sociedade incorreu em despesas de contribuições no montante de R\$2.030 (R\$1.922 no período de 01/07/2013 a 30/09/2013), contabilizadas nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas com pessoal”.

b. Outros benefícios

Além do benefício de previdência complementar, a Sociedade e suas controladas oferecem aos seus funcionários: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, totalizou R\$28.264 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 (R\$14.126 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013).

Adicionalmente, no período de 01/07/2014 a 30/09/2014, a Sociedade e suas controladas incorreram em despesas de R\$12.333 (R\$9.043 no período de 01/07/2013 a 30/09/2013).

34 Itens que não afetam o caixa

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	Período de nove meses		Período de nove meses	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	33.849	58.181	33.849	58.181
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(50.948)	(87.655)	(94.709)	(162.413)
Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre o capital próprio propostos	33.100	-	33.100	-
Ajuste de créditos tributários realizado no balanço de abertura da Me-S e reconhecido como ajuste no ágio	-	-	-	6.222

35 Informações por segmento de negócio

A Sociedade possui um único segmento de negócio, informação essa reportada de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (“Chief Operating Decision-Maker - CODM”).

Esse segmento é oriundo da prestação de serviços relacionados à captura e ao processamento de transação com cartões de crédito e débito, outros meios de pagamentos e serviços correlatos.

Com relação às informações sobre a área geográfica, a Sociedade possui operações realizadas no Brasil e nos Estados Unidos da América, através de suas controladas Me-S e Cielo USA. O sumário das informações financeiras dessas controladas está divulgado na nota explicativa nº 3.

36 Outros assuntos

A Lei nº 12.973/2014 e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397/2013 trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da Lei 12.973/14 entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a

Notas Explicativas

opção de sua aplicação antecipada para o ano-calendário de 2014, que deve ser formalizada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF de agosto de 2014, a ser entregue até o início de novembro de 2014.

Em setembro de 2014, a Receita Federal do Brasil publicou as Instruções Normativas nº 1.492 e 1.493, que dispõem sobre o Regime Tributário de Transição (RTT) e disciplinam os novos dispositivos tributários instituídos pela Lei 12.973/14. A Sociedade está avaliando os impactos dos normativos mais recentes e, por enquanto, não identificou oportunidades que motivem a adesão antecipada à nova regulamentação para o ano-calendário de 2014.

37 Aprovação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 28 de Outubro de 2014.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Acionistas e aos Administradores da

Cielo S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cielo S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3, em decorrência da mudança de política contábil descrita na referida nota, as informações contábeis correspondentes intermediárias relativas às demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2013, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Osasco, 28 de outubro de 2014

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Cláudio Rogélio Sertório

Contador CRC 1SP212059/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

“Aos Senhores Acionistas da Cielo S.A.

Os membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A., no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, e à vista do relatório da KPMG Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, opinando por sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas”.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014.

Barueri, 28 de outubro de 2014.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014.

Barueri, 28 de outubro de 2014.